

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**A ERA INFORMACIONAL:
Velocidade, tempo e informação
na construção da subjetividade contemporânea**

**Aluno: Éverton Gonçalves de Ávila
Orientador: Dr. Juan José Mouriño Mosquera**

Porto Alegre, agosto de 1999

**11/03/99
BIBLIOTECA GERAL DE EDUCAÇÃO**

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

A 985c Ávila, Éverton Gonçalves de

A era informacional : velocidade, tempo e informação na construção da subjetividade contemporânea / Éverton Gonçalves de Ávila. Porto Alegre : PPGE da UFRGS, 1999.

171p.

tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1999. Orientador: Dr. Juan José Mouriño Mosquera.

1. Educação. 2.Era da informação. 3. Tecnologia da informação. 4. Informática educativa. I Mosquera, Juan Jose Mouriño. II. Título.

Para meus pais

Zigomar Nunes de Ávila e

Julieta Gonçalves de Ávila

UFERS
PRIMEIRA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Agradecimentos

Gostaria de agradecer,

Ao professor e Orientador Juan Mouriño Mosquera, por acreditar incondicionalmente na possibilidade deste trabalho;

A Karla Mittmann, companheira sempre presente;

Ao Zigo, Margo, Andréa, Bruna e Lipe, família sempre unida;

A Eraclides, Andréa, Camila e Vitória, pela compreensão;

Aos professores e funcionários do Curso de Pós-Graduação em Educação da UFRGS;

E finalmente a todos colegas e amigos que compartilharam de minha jornada.

Sumário

Resumo	v
Abstract	vii
INTRODUÇÃO	
Motivações: história das minhas idéias.....	01
A Era Informacional	09
De quais transformações estamos falando?.....	22
Qual sujeito estou perseguindo?.....	32
Conversando com as fontes.....	36
Criando a arquitetura das fontes.....	44
CAPÍTULO 1	
Sob o domínio do novo.....	47
Novo, moderno, modernidade e progresso: concepções e contradições de uma época.....	60
Passado: o resnascimento da memória.....	71
CAPÍTULO 2	
A cultura de massa: a nova relação de Território.....	78
Cultura: do diferente ao híbrido.....	85
Mundial e Universal: o conflito totalizante.....	89
Mídia: a predominância do instantâneo.....	93
As sombras do virtual: a memória sem lembranças.....	99
CAPÍTULO 3	
Tempo e espaço: Passado, presente e o que é futuro?	113
O tempo na era informacional.....	116
O tempo-espaço na história ou a história do tempo-espaço.....	119
Tempo circular: oralidade primária.....	120
Polo da escrita: o tempo em linha.....	121
Polo informático-mediático: o tempo segmentado.....	123
Tempo-espaço: a velocidade na história.....	125

Feudalismo: tempo permanente.....	127
Renascença: o globo finito.....	128
Iluminismo: visão totalizante do globo.....	130
Modernismo: a multiplicidade de espaços.....	131
Localidade X Universalidade: espaço – saber ecológico X espaço – recurso – exploração.....	137
Pós-modernismo: a aceleração do tempo.....	142
CAPÍTULO 4	
Educando na era informacional.....	147
Trabalho e educação: novas exigências.....	148
As tecnologias da inteligência.....	152
CONCLUSÃO.....	165
BIBLIOGRAFIA.....	171

Resumo

Esta tese trata da construção da subjetividade contemporânea a partir do advento da era informacional, buscando compreender as implicações do processo de construção do sujeito com os avanços advindos das redes informacionais. Objetiva assim, o estudo das transformações ocorridas a partir do desenvolvimento tecnológicos de geração e recepção de informações ao longo do século XX e suas implicações com as noções de novo, tempo, espaço, cultura e educação.

Utilizando artigos de jornais como fontes, procuro estabelecer a dinâmica das relações entre a mídia, a Internet e a cultura de massa com as novas concepções de construção de conhecimento.

Estabeleço cinco etapas neste processo. A introdução onde apresento a construção do tema e os caminhos que levei para a construção metodológica. No primeiro capítulo, persigo à questão do novo, averiguando quais suas influências e principais formas assumidas na sociedade contemporânea. No segundo capítulo, deparo-me com o estudo da relação entre a cultura de massa e a multiplicidade cultural. Já no terceiro capítulo, estudo a interferência da tecnologia e da informação nas relações de tempo e espaço. No quarto capítulo, analiso as

implicações que a era informacional trouxe para o processo de
construção de conhecimento e das práticas educacionais. Na conclusão,
ao invés de buscar respostas e fechamentos, preocupo-me em estabelecer
novas amarras para as relações novo, tempo, espaço e velocidade no que
tange à construção da subjetividade contemporânea.

Abstract

This thesis is about contemporary subjective construction from the advent of informational age, trying to understand the implications of subject construction process with advances from the informational nets. Objective in this way, the study of the transformation occurred from the information production and reception technologic development along the twenty-century and its implications with notions of new, time, space, culture and education.

Using sources from newspaper articles, I try to establish the relations' dynamics between media, Internet, and mass culture with the new conceptions of knowledge construction.

There are five steps in this process. The introduction where I show the theme construction and the ways I took for the methodological construction. In the first chapter, I go behind the new, investigating the influence and its principal forms in the contemporary society. In the second chapter, I face with the relations' study between mass culture and cultural multiplicity. In the third chapter, I study the technology and information interference in time and space relations. In the fourth chapter, I analyze the implications that the informational age brought to the knowledge construction process and educational practice. In the conclusion, instead of taking answers and

endings, I try to establish new ways for the new, time, space and speed relations, respecting the contemporary subjective construction.

INTRODUÇÃO

Motivações:

A história das minhas idéias.

Ao trabalhar minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, cujo tema desenvolve-se no processo de construção da subjetividade feminina no interior de um convento¹, trabalhei com a História das Mentalidades. Procurei resgatar, através de minha formação como historiador, a imagem e a participação da mulher na Igreja Católica desde os escritos de Tertuliano, teólogo medieval do século XIII, até os dias de hoje. Este longo espaço de tempo, condição básica para se estudar Mentalidades, foi preenchido por fontes de literatura ficcional e teológica.

¹ Ávila, Éverton. *Conventos Femininos: (re) formas de subjetivação (poderes, saberes e fazeres)*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

Estava buscando, não a subserviência como era de se esperar em relações como estas, buscava a ação, não mais entendida como resistência ou reprodução, a favor ou contra um poder estático e magnânimo que a história havia solidificado em tudo que já foi vivo. Percebia a possibilidade de movimentação do sujeito em suas falas, seus gestos e suas incoerências. A constante mobilidade do sujeito em instâncias de poder não mais indestrutíveis, mobilidade esta presente em todas as ações, em todos os momentos. Através de Michel Foucault, descobri a fragmentação de um poder estático para dissolvê-lo na positividade de um poder dinâmico onde a idéia de rede termina por executar a imagem de um poder vertical e intocável. Poder que se constrói e sobrevive pela mudança em uma quase transparente rede de pequenos poderes que observam as ações e movimentos dos sujeitos. Mecanismos de poder que estabelecem a possibilidade de se articular e se movimentar. Foi essa concepção de mecanismos de poder o que mais me fascinou a perseguir este tema, construir questões que me possibilitassem resgatar de alguma forma toda essa rica movimentação que a construção do conhecimento colocava frente aos meus olhos.

Mas, para isso, necessitava de uma radiografia da instituição. Procurando em Erving Goffman², descobri as instituições fechadas e, dentre elas, os conventos, principalmente com suas características próprias como a reclusão voluntária e o rompimento com o mundo externo e, com a forma peculiar como se dá o primeiro contato com essa instituição. Traçando uma radiografia das instituições totais, Goffman salienta que, o primeiro contato com esse tipo de instituição é marcado de forma imediata e aparente quando, à maneira de rompimento com o mundo exterior, a passagem pelas portas e muros de um convento significa muito mais que um mero período de reclusão ou auto-exílio. Essa instituição transforma-se em um amplo e complexo aparelho que substituirá todas as formas de referência com relação ao mundo exterior. Rompe-se aparentemente com qualquer hábito pessoal adquirido na família, na profissão, etc. Esse rompimento com o mundo externo aniquila uma disposição básica da sociedade moderna, ou seja, a convivência em diversas instâncias e abrangências que o sujeito possa possuir no seu dia a dia, como por exemplo, trabalhar e dormir em diversos lugares e com diferentes participantes. Essas disposições básicas são imediatamente desestruturadas por uma rotina coletiva onde todos

² GOFFMAN, Erving, *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo, Perspectiva, 1990.

fazem tudo ao mesmo tempo, principalmente nos primeiros anos de ingresso. Essa desestruturação, denominada por Goffman de desculturamento, não se constitui de uma nova assimilação a uma nova ordem ou em substituição de uma cultura já formada por outra, mas sim em uma forma de destreinamento onde se cria e se mantém um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional e onde essa tensão persistente é usada como uma força estratégica no controle dos sujeitos.

Todas essas instâncias denominam-se mortificações-do-eu e são utilizadas em larga escala por manicômios e prisões. Contudo, assumem uma característica peculiar nos conventos, pois, ao contrário de outras instituições totais, a pessoa que ingressa num convento o faz por iniciativa própria. Esse fator já demonstra a existência de um certo rompimento com sua relação cotidiana anterior, tornando o estranhamento do ingresso mais atenuado, mas não menos eficaz e abrangente.

Observei, assim, que a mulher que optou por viver na e para a Igreja Católica, da Idade Média aos dias de hoje, vivenciou um lenta e desgastante transformação.

Ligada, desde os escritos bíblicos do Gêneses, à imagem do “Pecado Capital”, foi estigmatizada pela Igreja no papel de sofredora e redentora dos pecados da humanidade. Essa redenção, associada à condição de clausura, resumiria o papel da mulher dentro da Igreja Católica durante grande parte de sua história. A Clausura, que foi utilizada como instrumento de dominação, constituiu-se com uma dupla função: A mulher na clausura, através de uma vida regrada e incomunicável, afasta a tentação do “pecado” e possibilita a utilização de seus dias para desculpar-se perante Deus, assim como, através de suas Orações, pedir clemência para os pecados da humanidade do qual lhe conferiam o papel de mola propulsora.

A mulher conviveu com esse duplo encargo até as margens de nosso século. Evidentemente que, com o passar dos tempos, articulou-se e definiu novos papéis e funções no interior dos muros conventuais. Porém, as transformações mais significativas e de forma mais abrangente ocorreram de forma definitiva a partir do Concílio do Vaticano II, na década de sessenta. Este Concílio, promovido pelo Papa João XXIII, veio reformular por completo as bases e dinâmicas da Igreja. Entre as grandes e significativas transformações estava a vida religiosa feminina. Até

então a opção desejada pela Igreja era pela “vida conventual”. A partir de João XXIII, passou a ser pela “vida ativa”.

A transformação no sentido de abrir e de oxigenar os conventos me intrigou profundamente. Onde o Concílio encontrou forças para combater as resistências históricas da tradição de uma vida conventual de clausura? Pois, como pude perceber, as grandes manifestações contrárias a aberturas dos portões conventuais surgiram dentro dos próprios conventos. Porém, o discurso da Igreja, e principalmente do Concílio, dizia que o mundo havia mudado de forma significativa e que não seria mais possível permanecer na clausura pedindo e orando pela salvação.

O Concílio do Vaticano II inaugurou uma nova era da Igreja. Da “vida de clausura” para a “vida ativa”, da exclusão para a participação, da oração para a ação. Contudo, transformações radicais foram necessárias para adequação a essa nova realidade. Foi reformulado todo o sistema de preparação para a vida religiosa e educacional, principalmente no que se refere ao processo de aprendizagem e conhecimento. Através da utilização de toda gama de tecnologias, da TV ao computador, as religiosas passaram do desconhecimento e retiro do mundo para um processo de acúmulo e análise de informações incontrolável. Suas

funções agora estavam demarcadas em não mais orar pelo mundo, mas em compreendê-lo e, a partir daí, interferir com a rapidez necessária.

Inaugurou-se uma nova era dentro da Igreja e na compreensão do significado da vida religiosa feminina. Mas o que desencadeou a necessidade desta radical transformação dentro de uma Igreja Milenar? Com essa interrogação, passei a trabalhar minha temática que constituirá minha Tese de Doutorado.

Inicialmente pretendia continuar no estudo da Igreja, mas, com o passar do tempo, acabei por optar por um estudo mais abrangente. Perseguiu assim não as transformações conventuais, mas as condições ⁽¹⁹⁰¹⁻²⁰⁰⁰⁾ que proporcionaram tais transformações. O Século XX passou a constituir-se em minha área de interesse. Mas como trabalhar algo de dimensões tão complexas?

Seguindo as observações levantadas durante a formulação da dissertação, pude perceber que a Igreja Católica estava adaptando-se a um processo de ruptura oriundo das transformações ocorridas ao longo da Era Moderna, mas que obtiveram um processo ininterrupto e um ritmo cada vez mais acelerado a partir do século XX. Que transformações eram estas que praticamente modificaram o rumo de uma Igreja constituída sobre tradicionais bases históricas? Esse processo de oxigenação da

Igreja me despertou para algo mais intenso, mais abrangente. Passei a me interessar em estudar e perseguir a dinâmica global do próprio século XX.

Contudo, desligar-me do aspecto religioso significou desprender-me de amarras seguras e determinadas. Lancei mão das lentas transformações religiosas para passar a estudar o dinâmico e o veloz, o mundo do qual faço parte enquanto agente e telespectador, um mundo que deixou de surpreender-se consigo mesmo através de um século insaciável de rupturas e transformações. Estabeleço assim, novas ancoragens e perspectivas, novos caminhos e linguagens, uma vez que os conceitos e métodos utilizados até então inibem-se frente as perspectivas e abrangências do tema proposto.

As páginas seguintes surgem dentro de uma busca constante de adequação, onde o objeto e a perspectiva de análise e estudo devem ser construídos a partir do próprio andamento e diálogo com o tema. Trata-se, assim, não de um opção metodológica, mas de uma necessidade. Necessidade de materializar em palavras, as sensações e impressões, os símbolos, os códigos e movimentos nos quais sou e faço parte.

Assim. busco o novo que, como pretendo demonstrar, tornou-se objeto, lente e instrumento de análise. Um novo que é predominante e instável, volátil e múltiplo.

A Era Informacional

“Como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução, estas transformações que não correspondem à imagem tranqüila e continuista que normalmente se faz?”

(FOUCAULT, 1996, p.4)

“Não-Lugares”, “Era dos Extremos”, “O fim das certezas”, “A vida Digital”, “As Marcas do Visível”, “Os Problemas do Fim do Século”, “A Ilusão do Fim”, “Condição Pós-Moderna”, “Imagem Máquina”...

Esses são apenas alguns títulos coletados aleatoriamente sobre minha mesa de trabalho. Estaremos falando de algo inédito ou incompreensível? Por que nos últimos anos tantos pensadores das mais variadas escolas de pensamento se debruçaram tanto sobre o século XX?

—▷ Nos deparamos com livros que falam sobre computação, informação, super-informação, velocidade, aceleração, desterritorialização, virtualização, aculturação, crise de identidade, globalização, universalização, implosão, desestruturação, livros que anunciam o novo mundo, o novo paradigma, a nova arte, a nova filosofia, o novo olhar, a nova subjetividade, que estudam as transformações nas relações de trabalho, nas produções científicas, nas relações familiares, ou a importância ou influência da televisão, da mídia e do cinema.

Literatura especializada que tenta desvendar o múltiplo, que denuncia a ineficiência de modelos de análise pré-concebidos, que demonstra na fala e na estrutura o que tudo e todos estão vivendo.

Vida “In vitro”, clonagem, inteligência artificial, auto-ajuda, realidade virtual, comunidade européia, movimentos Neo-Nazistas.

Como filtrar, como agarrar algo que se estilhaça frente aos nossos olhos como se fossem fragmentos de luz, que perde-se na escuridão, no

instante da notícia, no descartável? Perde-se a noção de farol, a luz não indica mais a localização, o porto seguro, a orientação.

Foi esta realidade tão vivida, tão falada e tão pouco compreendida que me fascinou e me incitou a perseguir. Principalmente pelo desafio de trabalhar algo que pela primeira vez não pude segurar, que pela primeira vez não pude acordar da história. A principal fonte de estudos não passa mais por um processo de decodificação ou ao menos por um processo de compreensão. Ela é e não é, ela passa a existir na medida que deixa de ser, sem rastro, sem memória, apenas um reflexo de instante que passa por nós com a mesma velocidade que se formou. Eis a dificuldade de se trabalhar.

Todos concordam que algo se transformou. Mas, para onde estamos indo? Estamos indo para algum lugar? A multi-informação está nos proporcionando saber? Ainda está constituindo poder? Através de que estruturas podemos nos caracterizar enquanto sujeitos e agentes de uma transformação? Através de que faróis nos miramos?

Mas, não terá sido sempre assim? No exercício de historiador pincelávamos alguns acontecimentos de uma realidade já perdida e não esquecida. Mas, estaríamos nós, historiadores, nos esquecendo da complexidade da vida e sociedade? Estamos tendo que apreender a lidar

e viver com o contemporâneo? O múltiplo sempre existiu? Ou nosso olhar desesperado por estabelecer regras, normas, padrões nos fazia perceber apenas aquilo que se encaixava no nosso inquestionável método de pesquisa: totalidade única que sufocava as estruturas desviantes, que sufocava os próprios homens em detrimento de uma história feita sabe-se mais por quem?

Estaremos enfrentando a luz da caverna pela primeira vez? Estaremos sendo atingidos pelo que perseguimos durante tanto tempo? Será ainda possível codificar ou decodificar a informação, o símbolo? o rito? Eles ainda existem e exerceram o significado que nós incansavelmente perseguimos? Estaremos no impasse que Henri Atlan (1992) denominou de o “Cristal e a Fumaça”, situados no instante que se constitui entre o “cadáver e o fantasma”:

“As Organizações vivas são fluídas e móveis. Qualquer tentativa de fixá-las - no laboratório ou em nossa representação - faz com que caiam numa ou noutra de duas formas de morte. Oscilando “entre o fantasma e o cadáver”: Foi assim que a organização de uma célula viva se afirmou ao biólogo D. Mazia, que descreveu seus esforços de vários anos para isolar uma estrutura celular que desempenha um papel particularmente importante nos mecanismos da reprodução. Por sua estrutura lábil, ela lhe escapava decompondo-se, e, quando ele conseguia fixá-la, estava morta. Qualquer organização celular, portanto, é feita de estruturas fluidas e dinâmicas. O turbilhão líquido

- destronando a ordenação do cristal - se transformou ou retransformou em seu modelo, do mesmo modo que a chama da vela, em algum ponto entre a rigidez do mineral e a decomposição da fumaça.”
(ATLAN, 1992, p.9)

Evidentemente que as observações desenvolvidas por um biólogo devem ser consideradas com um certo cuidado por um historiador, uma vez que o distanciamento das abordagens entre as áreas humanas e naturais faz com que se deva respeitar os pressupostos específicos de cada área de conhecimento. Mas, mesmo assim, os questionamentos de Atlan me remetem à necessidade de tomar cuidados reforçados em minhas intenções de estudar o sujeito contemporâneo. Além disso, as questões que persigo demonstram à minha própria formação de pesquisador pois a construção de uma abordagem metodológica certamente sofrerá influências de tal formação. Sendo assim, configura-se a pergunta: Que método construir, respeitando o dinamismo de um cotidiano que possui na velocidade e no movimento sua constituição?

Minha condição de historiador me leva a instrumentalizar a construção metodológica dentro de características distintas, ou seja, dentro da possibilidade da seleção das fontes. Eleger a fala de um determinado período histórico sempre foi o grande desafio de um historiador, assim como o tentar desfazer-se de relações que representem

a quantificação de uma determinada realidade. Essa característica, que, a meu ver, afastou a cientificidade histórica das ciências naturais, permitiu ao historiador a sensação de que, a partir da seleção das fontes, estava abrindo ou estabelecendo os canais de comunicação entre uma época e outra. A codificação deste contato deve constituir-se na noção de diálogo e não simplesmente na leitura e interpretação. Assim, o historiador, ao pesquisar determinada época ou acontecimento, está também desenvolvendo uma espécie de ligação com o seu mundo e sua realidade, estabelecendo, assim, canais subjetivos que fogem da noção de reconstituição estagnada de um determinado período ou verdade. A estagnação ou a cristalização para um historiador sempre significou a morte de sua compreensão.

A grande dificuldade de um historiador está na escolha da linguagem que determinará a eficiência de seu diálogo com o passado e com a experiência histórica. Suas lentes ou instrumentos serão, dentro desta problemática, construídos através do próprio diálogo.

Assim, mesmo não se tratando de um trabalho propriamente histórico, a pesquisa que desenvolvo deve ser considerada como o exercício de um historiador, cuja herança e formação são predominantes e onde a maneira de “destilar” as fontes deve acompanhar a principal

preocupação de pesquisa. Falo que não se trata de um trabalho histórico porque ainda não possui a distância, o amadurecimento de uma época. Preocupo-me com a transformação acelerada da qual sou fruto e parte determinante, sujeito e objeto de meus próprios instrumentos de pesquisa. A percepção histórica que trago comigo me referenda a constituir uma sistemática de análise onde não só a fala será priorizada mas também o veículo onde esta predomina e encontra ressonância.

Barbara Tuchman (1991) refere-se à problemática de um historiador trabalhar com o contemporâneo, uma vez que não possui instrumentos suficientes para perceber aquilo que será predominante para a sociedade estudada. Essa visão, que sempre compartilhei com ela, hoje deve ser revista a partir da discussão sobre subjetividade e objetividade do historiador. Para Tuchman, o historiador que escreve sobre sua época é visto pela própria história da seguinte forma:

“Para o historiador que vem depois, também eles se tornam uma fonte. Estaremos de posse da história, quando temos esses relatos em mãos? Sim, no sentido de que estamos de posse do vinho quando se faz a primeira prensagem das uvas. Mas ainda não fermentou; e não envelheceu. A grande vantagem do historiador que vem depois é a distância conferida pela passagem do tempo. A distância dos acontecimentos que descreve e com uma visão mais ampla, pode-se ver melhor o que estava

acontecendo na época e distinguir o que tinha significação do que não tinha.”.
(TUCHMAN, 1991, p.21)

Este tipo de abordagem refere-se evidentemente à questão da objetividade. Quanto mais distante estiver, mais justo e objetivo será o historiador para eleger dentro da realidade estudada aquilo que realmente caracterizaria de forma predominante um certo período histórico.

Porém, essa objetividade não deve ser confundida com neutralidade. O trabalho de um historiador reside na sua percepção do período estudado. A sua subjetividade não só deve ser reconhecida, como fará parte integrante da constituição metodológica de análise. Sendo assim, Tuchman, que reconhece este fato, revela a necessidade do distanciamento, a possibilidade de poder perceber, através dos resultados e relações de uma determinada época, aquilo que predominou ou, como ela coloca, aquilo que realmente resultou de importante para a representação de determinado período histórico:

“O contemporâneo não tem perspectiva; tudo está no primeiro plano e parece ter mesmo tamanho. Pequenos assuntos tornam-se grandes, e grandes questões não são por vezes percebidas porque seus contornos não podem ser vistos. Vietnã e Panamá recebem hoje títulos de quatro colunas, mas o historiador, dentro de cinquenta anos ou

cem, os colocará num capítulo sob um título geral, no qual ainda não pensamos.
(TUCHMAN, 1991, p.21)

No estudo de História, o pesquisador sempre respeitou os seguintes trâmites: distanciamento temporal, referencial teórico de abordagem e seleção das fontes de estudo. Porém, como já foi dito, o período em que nos encontramos está marcado determinantemente por transformações e descontinuidades, onde as relações de tempo e espaço se fragmentaram e transformaram-se numa velocidade ainda não percebida pela história. Afirmando isso, não estou pregando a ineficiência ou a inadequação da pesquisa histórica, mas considerando que as concepções de tempo e espaço sofreram, nas últimas décadas, formas substanciais de transformação. Logo, a utilização de instrumentais históricos de análise dentro do tema proposto não só é permitida como, acredito, eficaz, uma vez que permitirá, através da própria eleição das fontes, falas e instrumentos, estabelecer a possibilidade de uma relação na qual a dinâmica da constituição do sujeito seja percebida dentro da vinculação entre a tradição (experiência) e a concepção do novo. Portanto, não abandono ou mesmo menosprezo a concepção histórica. Apenas destaco que ela será utilizada como um dos instrumentos de análise.

Trabalhar com a contemporaneidade, para um historiador, deve exigir uma adequação a suas limitações. Essa adequação, no meu entender, deve ser sanada ou atacada através da possibilidade transdisciplinar, ou seja, deve buscar em outras abordagens aquilo que a subjetividade histórica não me permite alcançar.

A discussão sobre complexidade de Edgar Morin³ nos demonstra a necessidade de abandonar a formulação do pensamento compartimentado. Prática esta que viabiliza o problema da complexidade. Complexidade que permite a circulação de conhecimentos distanciados na especificação. Para a condição de historiador e, como já foi exposto, por suas dificuldades de trabalhar o contemporâneo, a possibilidade e o enfrentamento do pensamento da complexidade possibilita uma saída eficiente mas não pré-determinada.

Busco, assim, a conceituação de Edgar Morin por me permitir a “*migração conceitual*”⁴, por me mostrar que na complexidade está a interação do mundo e dos homens, onde é permitido perceber suas

³ MORIN, Edgar, Epistemologia da complexidade. IN: SCHNITMAN, Dora F. (Org.) **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996. p. 274-289.

⁴ Maria da Conceição Almeida ao se referir a s ferramentas de Edgar Morin afirma: “...Se é possível identificar as ferramentas morinianas, estas são a migração conceitual e a construção de metáforas. Migração conceitual de um domínio para outro, o que garante a ressignificação e ampliação de conceitos e noções, originalmente disciplinares; construção de metáforase analogias. que permitem religar o homem ao mundo, sujeito e objeto, natureza e cultura, mito e logos, objetividade e subjetividade, ciência, arte e filosofia, vida e idéias.” (ALMEIDA, 1997, p.30)

possibilidades, intensidades e transformações. Foge-se da especificação nebulosa da compartimentação estagnada para priorizar-se a dinâmica da relação na transformação. Transformação esta que não se baseia em relações lineares de causa e efeito, mas na motivação de uma nova percepção, onde os agentes ligam-se e consomem-se de forma a caracterizaram-se em uma nova forma. Assim, a complexidade prioriza a integração e a transformação, baseando-se, naturalmente, no principal agente acionador das relações: a informação.

“... o homem, a sociedade, o meio, os sistemas de idéias interagem entre si, por meio de trocas, porque são sistemas abertos. As informações são, pois, os códigos da dinâmica de complexificação de qualquer sistema, sendo que as trocas se dão simultaneamente, intra e inter-sistemas.”
(ALMEIDA, 1997, p.31)

Sendo a informação o principal agente da complexificação, pode-se compreender por que a “vida cotidiana é impregnada de complexidade”⁵, complexidade que se constitui no principal agente de interação ao promover a dinâmica da transformação.

“... da célula ao mundo das idéias -, ao receber novas informações, promove uma reorganização do padrão anterior, que permite a expressão das singularidades e desvios, resguardadas as características universais, porque comuns a todos objetos e fenômenos do mundo”

⁵ Ibid. p.30

(ALMEIDA, 1997, p.31)

Portanto, para Edgar Morin(1996), ordem e desordem convivem dentro de um mesmo quadro de pensamento. Ao diferenciar a máquina (artificial) e a máquina viva (ordem / desordem), destaca que somente a compreensão e a utilização dessa dupla realidade pode permitir a construção e a compreensão de uma determinada forma de conhecimento. Assim, ao estabelecer esta dupla relação entre desordem e ordem, pode-se trabalhar e construir uma imagem do todo na qual este deixa de significar somente a soma das partes e passa a ser compreendido como:

“Mas, ao mesmo tempo, é menos que a soma das partes, porque a organização de um todo impõe restrições e inibições às partes que o formam, que já não tem tal liberdade. Uma organização social impõe suas leis, tabus e proibições aos indivíduos, que não podem fazer tudo o que quiserem. Ou seja, o todo é ao mesmo tempo, mais e menos que a soma das partes.”

(MORIN, 1996, p.278)

As observações de Morin, levaram-me a eleger não um grupo de sujeitos. Busco o *“todo, que é a soma e menos que a soma das partes”*. Ao estabelecer a construção do sujeito contemporâneo como objeto de análise, elegi a complexidade como instrumento, onde a ordem e a

desordem assumem o caráter de movimento entre o presente e o passado e estabelecem com isso as percepções e ações dos sujeitos.

Para alcançar este veículo, onde eu possa exercer minha condição de historiador mas, ao mesmo tempo, alcançar olhares que me fogem, utilizo uma das principais inovações tecnológicas de nosso século: a mídia de massa. Priorizo assim, a imprensa escrita. Busco, nessa manifestação de linguagem, as interferências que nossa Era exercem e estabelecem no e através do sujeito. Acredito que, com a mídia, seja possível o resgate do cotidiano almejado, com suas percepções, falas, resistências e interferências do sujeito frente à dinâmica do movimento. Para isso, retomo a questão de Michel Foucault: *“Como é possível que se tenha em certos momentos (...) estas mudanças bruscas”*? Juntamente com a advertência de que o que importa não é estabelecer se estas mudanças são rápidas e de grandes amplitudes, mas se elas provocam uma *“modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros”*⁶

Passamos à relação de verdade e poder, uma verdade que existe e depende das relações internas de poder, que exerce e produz efeitos regulamentados de poder. Para Foucault, *“cada sociedade tem seu*

regime de verdade, sua política geral de verdade”⁷. Ela acolhe e escolhe, ela seleciona e sanciona, ela cria o “*estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro*”. Mas onde se manifesta esse estatuto da verdade?

“Em nossas sociedades, a economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo; é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos; enfim, é objeto de debate político e de confronto social.”
(FOUCAULT, 1986, p.13)

De que transformações estamos falando?

⁶ FOUCAULT, 1986, p.5

Que subjetividade estou buscando? Ágnes Heller, em sua longa excursão pela história e filosofia, apresenta uma interessante relação do homem (sujeito) com o seu tempo. Já na primeira página de seu livro: “Teoria e História”, Ágnes Heller (1982) trás ao leitor esta inquietante observação:

“Erase una vez un hombre. Era una vez. Era, puesto que ya no es. Era, así que es, porque sabemos que ‘era una vez un hombre’ y que será mientras haya alguno dispuesto a contar su historia. Es un ser humano el que ‘era una vez’, y sólo los seres humanos pueden contar su historia porque sólo los seres humanos saben que ‘era una vez’. Era una vez’ es tiempo de los seres humanos. Es tiempo humano. Había una vez un hombre ‘alli’. Estaba allí y no aquí. Pero él está aquí y permanecerá aquí mientras alguno cuente su historia aquí. Es un hombre el que ‘estaba allí’, porque sólo los seres humanos pueden localizarlo allí. ‘Aquí’ y ‘alli’ son el espacio de los seres humanos. Son espacio humano. La historicidad no es propensión en la que no podamos ‘deslizar’ como si fuese un vestido. La historicidad somos nosotros; nosotros somos tiempo y espacio.”
(HELLER, 1982, p.13)

Ao procurar perceber a construção da subjetividade, estou me referindo a esta localização de tempo e espaço que constitui o ser humano. Afirmar isso, significa assumir que o ser humano está diretamente relacionado à condição de seres finitos, tanto no tempo

⁷ Ibid, p.5

como no espaço. Esta situação traz também a relação finita que possuímos quanto a acumulação de informações, fato de extrema importância para o processo de subjetivação.

Para Ágnes Heller (1979), o ser humano inicia o processo de apropriação das tarefas que o mundo estabelece a partir do momento de seu nascimento. Esse processo de apropriação é tudo aquilo que se “integra dentro do eu”, que caracteriza o processo de construção da subjetividade. A autora, remetendo-se a Marx, afirma que:

*“... a diferencia del animal, el hombre se relaciona con el mundo. Esa relación incluye el proceso de apropiación, así como la objetivación, y la expresión de sí mismo. Mejor dicho, apropiación, objetivación y expresión del yo son diversos aspectos del mismo proceso”⁸. Assim, fala em apropriação, objetivação e expressão do Eu, significa falar em atuar, pensar e sentir. Estas características da vida nada mais são do que o ato de comprometer-se com algo, ou seja, relacionar-se com o próprio mundo. Afirma-se portanto, que a relação do eu com o mundo é intelectual, “el ego no sólo selecciona sino que crea activamente su propio mundo”.
(HELLER, 1979, p.34)*

Quando o ser atua, percebe e pensa, não se limita simplesmente a garantir sua preservação, mas também realiza, colocando sua marca em tudo, fazendo seu próprio mundo ao percebê-lo. Atuar, pensar e sentir

⁸ HELLER, Ágnes. Teoría de los sentimientos. Barcelona, Ed. Fontanamara, 1979. P.34

nada mais são do que relações únicas que, ao interferirem no mundo e no Eu através do comprometimento, caracterizam a construção da subjetividade.

Pode-se inferir, portanto, que esse processo de construção da subjetividade, nada mais é do que a própria vida cotidiana, onde o ser humano age e interage desde o seu nascimento com o mundo a que pertence, constituindo-se em ser seu próprio tempo e espaço.

A construção da subjetividade caracteriza-se pela apropriação e pelo comprometimento na relação com as tarefas do mundo, tarefas estabelecidas a partir da interação social onde o homem cotidiano atua e sofre influências, onde o sujeito estabelece raízes e é alvo de influências anteriores. A vida cotidiana, portanto, *“é a vida do homem inteiro”*⁹, com todas as características de construção (atuar, pensar e sentir) de sua subjetividade, ou seja, a vida cotidiana é para o homem onde *“colocam-se em fundamento todos os seus sentidos, todas suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias e ideologias”*.¹⁰

⁹ Ibidem. P.35

¹⁰ Idem. O cotidiano e a história. 1989, p.17

O homem nasce já na cotidianidade. Para Heller (1989), o processo de subjetividade caracteriza-se pelo processo de amadurecimento do homem, ou seja, o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana na sociedade. Esse amadurecimento inicia-se sempre por grupos (família, escola etc) havendo com isso uma intermediação entre “indivíduos e costumes” na qual as normas e éticas de outras esferas sociais interagem de maneira a permitir que o indivíduo possa, ao abandonar o grupo de origem, sobreviver e adaptar-se em outros grupos ou na sociedade em geral.

A intermediação entre indivíduos e costumes se daria no contato com as instituições nas suas mais variadas expressões. No pensamento de Heller, as instituições apresentam-se como depositárias de valores, sendo também na sua relação com elas que o indivíduo tomaria contato com tais valores. Encontramos, portanto, a vida cotidiana marcada pela heterogeneidade da qual fazem parte *“a organização do trabalho e da vida, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”*.¹¹ Com isso Heller permite estabelecer a relação que a vida cotidiana exerce na vida do indivíduo na qual este é

¹¹ Ididem. p.18

sempre simultaneamente “ser particular e ser genérico. Essas relações são definidas pela autora como:

“O ente singular humano sempre atua segundo seus instintos e necessidades, socialmente formadas mas referidas ao seu Eu, e, a partir dessa perspectiva, percebe, interroga e dá respostas à realidade; mas, ao mesmo tempo, atua como membro do gênero humano e seus sentimentos e necessidades possuem caráter humano-genérico. Todo o homem se encontra, enquanto ente particular-singular, numa relação consciente com seu ser humano-genérico. Nessa relação, o humano-genérico é representado para o indivíduo como algo dado fora de si mesmo, em primeiro lugar através da comunidade e, posteriormente, também dos costumes e das exigências morais da sociedade em seu conjunto, das normas morais abstratas, etc. Em sua atividade social global, o homem está sempre ‘em movimento’ entre sua particularidade e sua elevação ao genericamente humano; e é função da moral conservar esse movimento”
(HELLER, 1989, p.20)

A história tem se movido dentro dessa dinâmica de construção e de transformação de cotidianos. Dentro dessas possibilidades e referências, percebe-se que o dinamismo do cotidiano se fazia dentro de amarras historicamente estabelecidas. A historicidade do sujeito revela-se dentro e diretamente na relação que esse absorve e exerce no seu tempo e espaço: *“La historicidad somos nosotros; nosotros somos tiempo e espacio”*. Porém, esse ser seu tempo e espaço acarretava para o sujeito

uma luta constante entre o que se foi e o que se espera ser. Essa luta revelou-se na história como uma característica dinâmica, mas constante, daquilo que para o sujeito, caracterizou como o choque do novo com o velho, da tradição com o novo, do passado com o futuro.

Essa luta, que caracterizava o cotidiano e a construção da subjetividade, significava para o sujeito, uma batalha entre dois mundos que não só se atraíam como se traíam. Passado e futuro, que segundo Hannah Arendt (1972), não devem ser confundidos com um fardo que o homem carrega, mas deve ser visto como forças que o constituem:

“A primeira coisa a ser observada é que não apenas o futuro – ‘a onda do futuro’-, mas também o passado, é visto como uma força, e não, como em praticamente todas as nossas metáforas, como um fardo com que o homem tem de arcar e de cujo os vícios podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro. Nas palavras de Faulkner: ‘o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado’. Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta a origem, ao invés de puxar para trás, empurra para frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado”.
(ARENDR, 1972, p.36-37)

As transformações históricas mais significativas no cotidiano, como a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, onde passado e futuro se enfrentaram mais radicalmente no campo de batalha do Renascimento, revelaram, na dramaticidade do conflito, não a morte do

passado como se tentou demonstrar na negação da tradição medieval, mas como eleição e descoberta de uma nova relação, a do passado Clássico, onde a possibilidade de se buscar novas relações necessárias para construir um novo cotidiano, e assim um novo futuro, propiciou a construção de um novo sujeito.

Percebe-se que embora essa luta tenha se desenvolvido de forma constante, ela sempre permaneceu digna na utilização de suas armas. O sujeito ao contrário de viver no contínuo do tempo, viveu nesse mundo bipartido entre passado e futuro. Para Hannah Arendt, esse mundo apresenta-se para o sujeito como um espaço no qual:

“o tempo não é contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde ‘ele’ está; e a posição ‘dele’ não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja experiência é conservada graças à ‘sua’ tomada de posição contra o passado e o futuro. Apenas porque o homem se insere no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro; é essa inserção – o princípio de um princípio, para colocá-lo em termos agostinianos – que cinde o contínuo temporal em forças que, então, por se focalizarem sobre a partícula ou corpo que lhe dá direção, começam a lutar entre si e agir sobre o homem...”
(ARENDR, 1972, p.37)

A constituição do sujeito dentro do seu cotidiano sempre respeitou sua historicidade, ou seja, a sua relação tempo-espaço, a sua relação

passado-futuro, mesmo nos momentos mais radicais de transformações, como da constituição do Mundo Grego, a Renascença e a Revolução Industrial, transformações essas no qual o cotidiano se viu radicalmente modificado, mas que pouco ou quase nada fez para matar a tradição:

“O fim de uma tradição não significa necessariamente que os conceitos tradicionais tenham perdido seu poder sobre as mentes dos homens. Pelo contrário, às vezes parece que esse poder das noções e categorias cediças e puídas torna-se mais tirânico à medida que a tradição perde sua força viva e se distancia a memória de seu início; ela pode mesmo revelar toda sua força coercitiva somente depois de vindo seu fim, quando os homens nem mesmo se rebelam mais contra ela.”
(ARENDR, 1972, p.53)

A velocidade com que as transformações tecnológicas alcançaram neste fim de século atrelaram o sujeito a uma dupla constatação: de um lado, à certeza que a noção de avanço e incorporação de novas técnicas sempre estão ligadas à busca acelerada do novo e, de outro, à demonstração de que o mundo tecnológico em que vivemos serve tanto para salvar como para destruir. Concretiza-se um novo que circunda o espaço entre a vida e a morte, entre o confronto e a miséria, entre a construção e a destruição. Um novo que, além de caracterizar a busca pelo mais potente e eficaz, tem se constituído em radical transformação. Do automóvel ao computador, vivenciou-se transformações que foram

muito além da necessidade de uma adequação da vida cotidiana, uma vez que exigiram do sujeito uma total adaptação à nova realidade, a ponto de o novo ser rapidamente considerado essencial e agente formador predominante.

A cada transformação imposta pela técnica busca-se a incontrolável superação da necessidade. A partir do automóvel construiu-se a noção de velocidade e do computador, a noção do instantâneo. Para o sujeito do século XX, o novo deixou de significar espanto ou abandono de uma determinada forma de vida e passou a se constituir numa total falta de perspectiva quanto à noção de futuro. Incerteza que passa a representar a falta de capacidade quase que imediata de se conceber aquilo que está por vir, aquilo que se deseja alcançar. Estamos, nas últimas décadas, à mercê de avanços e transformações que nem ao menos podemos conceber, e onde o consumo desenfreado perdeu a característica da necessidade, para compor a questão da atualização. Atualização essa que representa e é representada por uma cada vez mais forte adequação àquilo que está por vir.

Que sujeito estou perseguindo?



FIGURA 01¹²

¹² Imagem retirada do site do Museu virtual – UNB – www.unb.br/vis/museum/ensaios.htm

“Estamos na itinerância. Não marcamos por um caminho, não somos mais teleguiados pela lei do progresso, não temos nem messias nem salvação, caminhamos na noite e na neblina.

(MORIN, 1995, p.173)

A característica de nosso século está marcada na velocidade, velocidade de informação que, como pretendo demonstrar significa transformação. Porém, cabe ressaltar que meu objetivo é buscar compreender a constituição do sujeito contemporâneo. Mas que sujeito estou perseguindo? Procuro um sujeito que aprendeu a conviver com a informação, ou melhor, com a multi-informação que, através de saltos tecnológicos, visualizou a desmaterialização do espaço, a aceleração do tempo, que percebeu que as diferenças e distâncias não constituem-se mais em barreiras culturais. Sujeitos que assimilaram a noção de universal, que introjetaram a necessidade do instantâneo, que convivem com o imediato, com o questionamento das ciências, das artes, da cultura, da família. Questionamentos que esbarram e atacam certezas, tradições. Um sujeito que ativou a descontinuidade antes mesma de percebê-la, que se acostumou com a transformação radical, que vê, lê, ouve e sente as

transformações passarem, que possui a incerteza como noção de futuro, que vive um presente incerto.

Dentro dessas características que persigo, a noção de sujeito que mais me permite interagir metodologicamente encontra-se em Edgar Morin. Porém, a escolha desse autor deve estar atrelada à sua percepção de movimento ou, como ele a denomina, de autonomia:

“Essa noção de autonomia não se relaciona com a antiga noção de liberdade, que era, de algum modo, imaterial e desligada das restrições físicas. Pelo contrário, essa é uma noção estreitamente ligada à de dependência, e a dependência é inseparável da noção de auto-organização (MORIN, 1996, p.46)

Mas o que vem a caracterizar a auto-organização? Citando Heiz Von Foerster, Morin prossegue: “A auto-organização significa obviamente autonomia, mas um sistema auto-organizado é um sistema que deve trabalhar para construir e reconstruir sua autonomia e que, portanto, dilapida energia.” Assim, o sujeito auto-organizador, na procura de sua autonomia, sente a necessidade de buscar energia no mundo externo, energia essa que é entendida por Morin como informação.¹³ O sujeito, nessa concepção, assume, devido a sua dependência e autonomia, o

¹³ MORIN. 1996, p.46. “...pois o ser vivo extrai informação do mundo exterior a fim de organizar seu comportamento.”

domínio de sua constituição, ou seja, torna-se “auto-constitutivo” de sua identidade. Mariza Eizerik (1994), referindo-se a essa relação acrescenta:

“O eu opera a unidade da multiplicidade e da pluralidade, integrando nossa subjetividade pessoal numa subjetividade coletiva.”
(EIZERIK, 1994,p.20)

O meu enfoque, portanto, estará diretamente ligado aos agentes formadores dessa organização e dentro das características constituintes da “Era Informacional”, como a multiplicidade, a pluralidade, a predominância do novo, da cultura de massa, da velocidade do tempo, do espaço virtual, da informação instantânea e da noção de futuro, características essas, que a meu, ver se relacionam e provocam a determinação no século XX.

Ao perseguir este objetivo de análise, observo como se constitui o sujeito do século XX e, frente à predominância de transformações, estabeleço minhas questões de estudo: Quais os aspectos predominantes na constituição da subjetividade contemporânea a partir da “Era Informacional”? Quais as interferências que a dinâmica da relação tempo, informação e velocidade, exercida a partir da Era Informacional, tiveram na constituição do sujeito na contemporaneidade?

Conversando com as fontes

Ao eleger a mídia como instrumento de análise para estabelecer a constituição do sujeito contemporâneo, busco as possibilidades de resgate das relações do sujeito com sua época. Sendo assim, estabeleço a sistemática para perceber e perseguir a constituição e a descontinuidade de algumas relações que se tornaram predominantes tanto na produção intelectual como na mídia em geral. Refiro-me às noções discursivas de velocidade, relação tempo/espaço e novo. Trabalhar com a noção de descontinuidade levou-me a percorrer a trajetória de Foucault (1992) no referente ao seguinte questionamento:

*“Como pode um pensamento esquivar-se diante de outra coisa que ele próprio? Que quer dizer, de um modo geral: não mais poder pensar um pensamento? E inaugurar um pensamento novo?”
(FOUCAULT, 1992, p.65)*

O surgimento de um novo regime se processa de que maneira? Situa-se a partir de que condições? Estabelecer o momento em que determinados regimes de verdade passam por transformações e até

mesmo rupturas significa buscar as suas próprias contradições, assim como críticas e alternativas a uma verdade que ela mesmo forjou, que encontra-se nela e fora dela, que transita a partir de uma condição de emersão e submissão.

Vivenciamos uma modernidade que teima em sentir-se doente. Fruto do pensamento moderno, muitas vezes nos deparamos em condená-lo, julgá-lo até mesmo ao esquecimento. Que momento é esse que nos permite materializar e muitas vezes especificar o instante exato em que uma forma de pensamento deixa de existir? Passamos realmente a falar e sentir novas preocupações, novos interesses e deixamos de forma desumana antigas formas de enxergar a nós mesmos e o mundo que construímos? Para Foucault (1996) o descontínuo significa interrogar-se:

“O fato de que alguns anos, por vezes, uma cultura deixa de pensar como fizera até então e se põe a pensar outra coisa e de outro modo – dá acesso, sem dúvida, a uma erosão que vem de fora, a esse espaço que, para o pensamento, está do outro lado, mas onde, contudo, ele não cessou de pensar desde a origem. Em última análise, o problema que se formula é o das relações do pensamento com a cultura: como sucede que um pensamento tenha um lugar no espaço do mundo, que aí encontre como que uma origem, e que não cesse, aqui e ali, de começar sempre de novo?

(FOUCAULT, 1996, p. 65)

Busco assim esse momento, suas contradições, suas repetições. Busco através do discurso da imprensa e da própria ciência essa nova concepção, esse novo regime anunciado e discutido, propagado e repetido que possui, na sua relação, a aparente ruptura com a verdade científica, com a constituição de um novo modo de vida. Mas como resgatar este momento?

A escolha por trabalhar as fontes de mídia impressa veio de uma comodidade. Permitia-me visualizar a movimentação, movimentação dos agentes discursivos, da criação, o desenvolvimento de novas formas de questionamento e de gerenciamento de regimes de verdade. Através da imprensa escrita, fonte que sempre utilizei na história para perceber de que forma mudanças na concepção das estruturas cotidianas se processavam, acredito poder, dentro de seu movimento cronológico, sentir a efervescência de um momento em que a própria mídia denominou de rupturas e transformações, e analisar não só o que é apregoado como sendo uma nova realidade defendida e exposta mas, basicamente, as condições e exigências que levaram a tal formulação.

Busco, no desenvolver dos anos, a constituição de um novo regime de verdade que acredito não estar sendo formado apenas agora, mas que encontrou no final do século o período fértil para sua formatação.

Analiso, assim, as persistências de um discurso que teima em ser descontínuo, que formula-se através de uma desenfreada busca por novas concepções e novas formulações, que repete-se para se constituir de novo, que afirma a necessidade da incerteza, que questiona a verdade, a realidade, e traz para a vida cotidiana a noção de que estamos nos formando num mundo que não possui mais amarras com um passado recente.

Para compreender a organização desta novas percepções, optei em buscar dentro da própria dinâmica do discurso a constituição de uma formação discursiva. Entendo por formação discursiva a organização de enunciados onde se estabelece o que pode e deve ser dito, funcionando, como afirma Foucault (1980), como “matriz de sentido”.

Foucault, ao referir-se ao discurso, enfatiza insistentemente o enunciado, isto é, algo que encontra-se na transversalidade das falas e frases.

“uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que estas apareçam, como conteúdos concretos, no tempo e no espaço”
(FOUCAULT, 1980, p.99)

A geração de um emaranhado de enunciados pode ser percebida ou trabalhada, segundo Foucault, através das formações discursivas que,

embora não possam ser concebidas de forma diferente, congregam e dispersam a relação dos enunciados com os campos de saber. Para tanto, pode-se perceber que as coisas ditas só não estão amarradas entre as várias áreas do saber como representam dentro de um regime de poder/saber, a dinâmica do tempo e espaço no qual estão inseridas.

Contudo, Foucault destaca que um enunciado dentro de suas característica de transversalidade, não se encontra visível e perceptível, mas, ao mesmo tempo, está totalmente oculto. Para Foucault, a necessidade de se multiplicar relações faz-se através da eleição de determinados enunciados e de seu cruzamento com outras formações discursivas, permitindo, assim não perceber a relação causa/efeito de uma afirmação, mas estabelecer as amarras que determinados enunciados congregam e trazem à tona a sua inserção com seu tempo e espaço. É questionar-se sobre o porquê de determinadas falas estarem sendo ditas neste local e neste tempo desta forma.

Dentro dessa concepção, distingue-se drasticamente a estrutura da análise do discurso, como normalmente a história utiliza, pois abandona-se a percepção da busca do significado da fala como causa e efeito ou mesmo do subtendido dentro de uma manipulação discursiva. Não busco mais o sentido obscuro do dito, mas formulo a questão de por que

determinados ditos tornam-se predominantes em determinados períodos,
sufocando ou embutindo, através da rede de relações, outras formas
discursivas. Sendo assim, rompe-se com a idéia de que o sujeito passa a
constituir-se a partir do discurso. O que percebemos com Foucault é que
o sujeito não só é constituído pelo discurso como fala através deste.

Criando a arquitetura das fontes

Estabelecer um diálogo com os meios de comunicação em massa para, a partir daí, buscar referências dentro dos objetivos propostos neste trabalho, não foi uma tarefa tranquila. Buscando conceber as influências que a informação estabelece na construção da subjetividade contemporânea, deparei-me com um grande obstáculo. Obstáculo este que não só se revelou fundante na concepção de meu trabalho, como

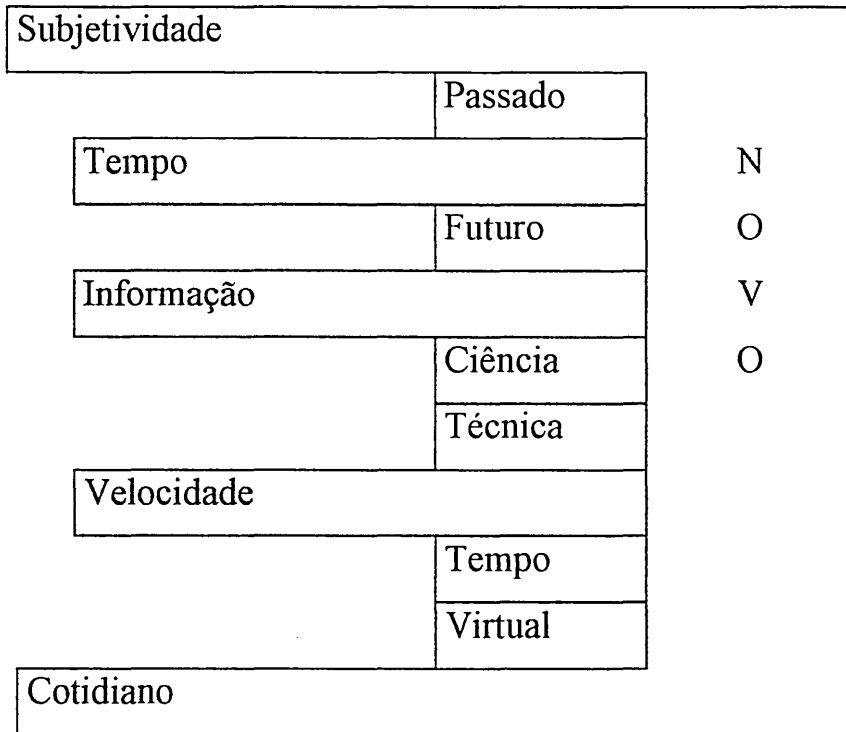
estabeleceu meus limites e dificuldades. Refiro-me ao caráter acelerado que as informações estão sendo geradas e transmitidas no momento. Quanto mais tentava adequar-me e criar um método que permitisse visualizar o sentido cada vez mais instantâneo da informação, mais o tema me fugia das mãos.

Assim, na tentativa de aprisionar determinados momentos da realidade e da velocidade, busquei trabalhar com uma fontes, que na condição de historiador, já estava habituado a trabalhar: o jornal. Devido ao grande universo de fontes escritas a disposição, elegi a Folha de São Paulo. A escolha deste veículo deve-se a dois fatores: primeiro, por sua ampla circulação em todo o território nacional e, segundo, por possuir um arquivo virtual sistematizado com várias formas de acesso. Atualmente, o arquivo virtual da Folha de São Paulo abrange 98% dos textos publicados dos anos de 1994,1995,1996,1997,1998 e 1999. Esta grande quantidade de textos integrais publicados no jornal, além de uma considerável distâncias de períodos, permitiu-me percorrer as publicações na preocupação de não só perceber as formações discursivas, mas principalmente visualizar suas formações, relações e dinâmica.

O sistema de consulta aos arquivos deu-se por intermédio da Internet¹⁴, o que facilitou profundamente não só a pesquisa e transcrição das fontes, mas também permitiu um rápido deslocamento e diálogo entre os anos pesquisados. Como o sistema de arquivo possui um sistema de busca através de combinação de palavras chaves, que levanta todos os artigos publicados no ano pesquisado, desenvolvi um sistema de buscas que me permitisse visualizar não só todas as seções do jornal, como também me possibilitasse perceber a insistência como que determinados assuntos eram apresentados. Esse sistema de busca desenvolvido priorizou a relação subjetividade e cotidiano. Porém, dentro desta matriz estavam relações entre três conceitos-bases: tempo - novo - informação. A partir deste eixo básico de combinação, pude perceber que estas expressões mantinham um padrão de aproximação com outras falas as quais estavam irremediavelmente relacionadas. Consequentemente, desenvolvi um subgrupo de palavras e suas combinações possíveis. Esse subgrupo foi composto por: futuro, passado, tecnologia, espaço e virtual. Através dessas combinações de palavras chaves, pude levantar os textos dos anos de 1994 a 1999 publicados no jornal.

¹⁴ O endereço dos arquivos do jornal Folha de São Paulo é: www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm

Para visualizar o deslocamento entre os textos pesquisados e suas relações entre os grupos de palavra chave, criei a representação gráfica a seguir.



A partir do trabalho de levantamento e análise das fontes estruturou-se a composição deste trabalho. Para tanto, persegui quatro questões norteadoras:

A primeira, que se refere à questão do novo, busco averiguar de que maneira este se manifesta na sociedade contemporânea. Estará o novo tornando-se predominante e rompendo com as relações de tradição, passado, experiência e com o sentido de continuidade? Questões que persigo no primeiro capítulo, investigando não só de que maneira o novo

se constitui no pensamento moderno mas, fundamentalmente, suas principais formas de manifestação.

A segunda questão que desenvolvo, no segundo capítulo, refere-se à cultura de massa. Deparo-me com um estudo da relação entre o novo (mundial) e a manifestação cultural da multiplicidade (universal). Analiso, assim, o contraste entre uma cultura mundial baseada nas relações econômicas e de mercado e os processos de afirmações de uma multiplicidade de culturas que vivem e convivem no eterno choque de afirmações.

No terceiro capítulo, a terceira questão que coloco é de que maneira a informação e seus veículos de difusão estão interferindo nas relações de tempo e espaço na sociedade contemporânea. Estarão eles, por se tratarem de conceitos fundantes da subjetividade, permitindo ou acionando transformações e rupturas no processo de construção do sujeito contemporâneo? Podemos conceber que com o processo de velocidade da difusão de informações, as culturas passam a viver através de uma homogênea concepção de mundo?

No quarto capítulo, a partir das questões desenvolvidas anteriormente, analiso as implicações que a era informacional trouxeram para o processo educacional.

Na conclusão, ao invés de buscar respostas a essas questões, preocupo-me em estabelecer novas amarras para as relações novo, tempo, espaço e velocidade no que tange à construção da subjetividade contemporânea.

CAPÍTULO 1

Sob o domínio do NOVO

O final do século XIX foi marcado, pela euforia de um mundo agora envolto por transformações radicais. Transformações que encontram na ciência e na técnica a perspectiva de um futuro próximo e atingível. A história aprendera a domar as longas transformações do tempo pela necessidade instantânea de mudanças. Porém essas mudanças se manifestavam mais na expectativa do que na realidade. Os pobres, os operários e os camponeses continuavam a viver na miséria¹. Contudo, havia a esperança. Podia-se conceber um progresso em benefício de todos, um conhecimento e uma ciência que desvincularia por definitivo a

¹ GAY. 1988. p.55

Quanto as transformações ocorridas na passagem do século XIX para o XX, Peter Gay afirma:

“Os Burgueses podiam absorver muitas mudanças, ainda que abruptas e imprevistas, consolando-se nos momentos mais por meio de uma olhada em seus saldos bancários, em sua ascendência política ou em seus benefícios sociais.”

lerda passagem dos anos no que se refere a melhorias e transformações sociais, políticas e econômicas.

As cidades trouxeram, no seu desenvolver quase que instantâneo, a noção de que as melhorias tecnológicas não só poderiam, mas realmente estariam em sintonia com a aceleração das transformações. Trens cada vez mais velozes demonstravam as vantagens de ligar com muito mais rapidez grandes centros produtores. O conceito de progresso nunca esteve tão próximo de uma realidade inovadora. O homem aprendera com a Revolução Industrial a não depender mais exclusivamente do campo, a modificar por definitivo a morosidade da terra e suas incertezas. A indústria não só aumentou a produção do planeta, mas modificou sua geografia de forma intensa. Trouxe a população para os grandes centros com a mesma rapidez que os trilhos cortavam os solos americanos e europeus.

O século XIX, “*o século das esperanças*”, carregava consigo o ideal de transformação burguesa. Os anos vitorianos enchiam de esperança a população que rapidamente sentia na prática as transformações de um mundo que se voltava para o culto à industrialização, para a idolatria da técnica e a fé na ciência. Porém, como destaca Peter Gay, essas mudanças trouxeram consigo uma dupla

realidade: O Novo e a noção de Progresso marcavam a esperança e ao mesmo tempo, a incerteza. A noção de progresso carregava consigo a possibilidade de um mundo mais harmonioso, ao mesmo tempo que já demonstrava o que a desejada ciência burguesa poderia trazer para a constituição social vigente. Progresso e esperança: assim, o mundo ditado por uma feroz burguesia anunciava o novo século onde o predomínio do novo passava a caracterizar também as incertezas e a inquietações. Peter Gay (1988) ao descrever essa relação entre novo, incerteza e esperança”, coloca que:

“Anteriormente, nos séculos XVII e XVIII, os modos tradicionais de pensamento haviam sido esticados e torcidos para acomodar idéias inovadoras aos padrões herdados - o que embora com alguma dificuldade, foi feito. Ainda no século XVIII alguém podia ser simultaneamente um cientista solidamente embasado e um bom cristão, e, se bem que ainda fosse possível manter esta dupla fidelidade no século XIX, tornou-se cada vez mais difícil sustentá-la (...) Essas grandes turbulências constituíram uma presença constante nas mentes do século XIX, gerando sonhos plenos de esperança ou verdadeiros pesadelos, o que levava os otimistas a predizer o triunfo da ciência, a liberação feminina ou a renovação da cultura, enquanto os pessimistas eram levados a prever a ruína das religiões, a subversão da vida familiar ou a corrupção da ordem. Por séculos a fio, as inovações haviam sido temidas, fornecendo um referencial para sanções violentas; no século XIX, este referencial foi institucionalizado.”
(GAY, 1988, p.44)

Ao adentrar-se rapidamente no século XX, este mundo encantado demonstrou que não necessariamente os saltos da ciência e da técnica refletiriam avanços na vida cotidiana. Estava-se encontrando, na rapidez das mudanças, a formação das angústias de um mundo regido pelo novo e pelo incerto. A política, a economia, e principalmente a guerra, assumiam uma nova referência. As cidades estufaram e transformaram-se tão rapidamente que inauguraram formas e exigências cada vez mais desconexas. A convivência frente às possibilidades de transformações exigiram um novo estatuto de trabalho, de saúde, de ética e de estética. A vida cotidiana começara a apreender a conviver com a noção de mudanças e de novas exigências. Porém, a utopia de um mundo mais justo e menos desigual, trazida pelas possibilidades de um progresso cada vez mais agressivo, dissipava-se com a mesma velocidade e intensidade. Essas inovações certamente se institucionalizaram a partir de meados do século XIX, quando a necessidade de se “formar” uma mão de obra assalariada trouxe consigo um desencadeamento de saberes e ações integrados. Foi preciso construir na própria sociedade o querer ser operário.

Contudo, este processo, que Michel Foucault (1986) denominou de práticas disciplinizadoras², superou em muito as possibilidades das casas de trabalho ou de formação operária. Através das práticas disciplinizadoras, construiu-se não só uma preparação do trabalhador para as novas exigências e posturas de trabalho no que diz respeito ao uso da tecnologia, como a implementação de rígidos sistemas de horários, etc., mas também condicionou, ou melhor, preparou o operário para uma nova vida, seja dentro das fábricas, seja fora através da organização do espaço urbano, da família, da educação, do lazer e da cidadania. Portanto, a preocupação não se reduz a um trabalho disciplinado durante a jornada de trabalho, mas exigia também que o trabalhador assumisse uma postura operária vinte e quatro horas por dia, devendo constituir uma família padrão, vestir-se, alimentar-se, divertir-se e, fundamentalmente, pensar como um operário, segundo um modelo que se estabelecia através de uma rede intrincada de discursos.

Assim, representam tais meios uma maneira de educação no seu sentido mais amplo, extrapolando os bancos escolares e interagindo com

² FOUCAULT, 1986, p.150. Foucault argumenta que a disciplina ...produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição de forças). E para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza táticas..

amplas camadas sociais, configurando transformações significativas, sejam elas a nível de formação operária, sejam elas a nível de mentalidades, uma vez que se pode perceber a abrangência desse processo até mesmo em regiões onde a indústria nunca exerceu um papel predominante. Dentro desta perspectiva, acionaram-se um conjunto de forças discursivas que vão desde a reorganização espacial, remodelação das cidades em zonas produtivas, gerenciais e de lazer até a constituição de um saber médico sanitário.

Esta construção e dispersão de saberes, que modelava o cotidiano através da família, da mulher, das crianças, das finanças, do espaço e do tempo, trouxe um novo modo de vida. Um novo modo de vida que não necessariamente representaria a passagem para um mundo mais justo e igualitário, pois o novo estatuto capitalista para as transformações sociais deixara a desejar.

Boaventura Santos (1999), ao definir o contrato social da modernidade, estabelece uma interessante dinâmica de conflito.

“O contrato social visa a criar um paradigma sociopolítico que produz de maneira normal, constante e consistente quatro bens públicos: legitimidade da governação, bem-estar econômico e social, segurança e identidade coletiva. Estes bens públicos só são realizáveis em conjunto: são, no fundo, modos diferentes mas convergentes de realizar o bem comum e a vontade geral. A prossecução destes bens públicos desdobrou-se numa vasta constelação de lutas

sociais, desde logo as lutas de classe que exprimiam a divergência fundamental de interesses gerados pelas relações sociais de produção capitalista.”
(SANTOS, 1999,p.37)

Como demonstra Boaventura Santos, o contrato social da modernidade passa por critérios bem definidos de inclusão e exclusão,³ onde a exclusão passa a ser predominante em duas formas: nas relações pré-contratuais e nas relações pós-contratuais. Nas primeiras, existe um bloqueio ao acesso de grupos sociais que possuíam a perspectiva de acender ao grupo da cidadania. Esta relação pode ser detectada fortemente a partir do início do século XX, quando as relações entre trabalho e direitos civis não se apresentam necessariamente vinculados. Já nas relações pós-contratuais, grupos sociais até então incluídos passam a ser discriminados, excluídos sem a menor perspectiva de retorno.

Boaventura Santos (1999) destaca que, na grande maioria das vezes, as relações contratualistas vão das relações pré-contratuais a pós-contratuais sem ao menos chegarem de fato nas relações contratuais:

“Do mesmo modo, no nível das vivências e percepções das pessoas e grupos sociais atingidos, é freqüente que ante a perda súbita da estabilização mínima das expectativas, as

³ SANTOS, 1999, pp.35-37.

Boaventura Santos assinala dois limites entre os critérios de inclusão/exclusão: “o primeiro é inerente aos próprios critérios. A inclusão tem sempre por limite aquilo que exclui. A socialização da economia foi obtida à custa de uma dupla dessocialização, a da natureza e a dos grupos sociais aos quais o trabalho não deu acesso à cidadania. Sendo uma solidariedade entre iguais, a solidariedade entre trabalhadores não teve de se aplicar ao que extravasava do círculo de igualdade.”

“pessoas se dêem conta de que anteriormente eram afinal cidadãos, sem o saberem nem terem exercido os direitos de que eram titulares. Neste caso, o pré-contratualismo é vivido subjetivamente como pós-contratualismo”
(SANTOS, 1999, p.46)

A passagem direta das relações pré-contratuais para as relações pós-contratuais pode muito bem ser representada pela luta operária ao longo do século XX. Grande parte do movimento operário passa, no século XX, disputando melhorias na condição de emprego através das organizações de lutas sindicais. Disputam não só melhorias nas condições de trabalho e de vida, mas uma efetiva participação no poder político e econômico. Esta luta garantiu de fato a incorporação de condições mais favoráveis à classe operária que, a partir da década de oitenta, viu-se não só compelida a modificar sua estratégia, como teve que recuar ou adaptar-se a novas exigências de produção, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho acompanhada de redução nos vencimentos.

As transformações no mercado produtivo, em grande parte atribuídas ao processo de globalização foram esmagadoramente reproduzidas nos meios de comunicação, principalmente a partir de 1996. No ano de 1997, uma coletânea de artigos na Folha de São Paulo, não só mostrava esta realidade, como iniciava uma série de debates sobre as

novas concepções de trabalho e de luta operária na globalização. Estas discussões podem ser resumidas a partir de uma série de artigos apresentados na Folha de São Paulo, pelo então prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro⁴:

“Surgem novas classes trabalhadoras, com novas condições de exigências e novas características culturais. Elas vivem sob circunstâncias diferenciadas em relação ao mundo do trabalho tradicional, que emergiu das revoluções industriais e forjou as configurações econômicas da modernidade.

Segundo o professor José Flávio Bertero, enquanto ‘o trabalho diminui na indústria pelo menos na fábrica tradicional, ele cresce nos serviços, proliferando sobretudo nas esferas destes, que exigem pequeno montante de capital e que gozam de pouco prestígio social, nas quais vegeta uma mão-de-obra de baixa remuneração’. O atual mundo do trabalho é diferente do mundo proletário clássico. Neste, a cultura dos trabalhadores de ‘fábrica’ constituída em torno das grandes linhas de produção fortaleceu-se diante da enorme concentração humana exigida pela organização coletiva. Essa organização correspondia aos níveis de produtividade demandados pelo novo mercado de massas e pelo consumo padronizado, o que também impulsionava sua homogeneidade cultural. A visão de um mundo dos operários industriais, assim estruturados, enquadrou todas as classes trabalhadoras, que tiveram na sua vanguarda o marxismo clássico como referencial teórico de primeira linha. Esse processo se esgotou. Reduz-se crescentemente a centralidade econômica e política dessas grandes coletividades de trabalhadores. Quais as causas que impulsionaram essa crise? O surgimento de uma constelação de novas empresas, tornando a produção

⁴ Artigo publicado na Folha de São Paulo no dia 29/09/97. Título: Um novo Manifesto. Autor: Tarso Genro. Editoria: opinião, página 1-3 9/13998; Seção: tendências/Debates.

cada vez mais horizontal; a radical redução do vínculo direto do produtor com o objeto produzido (em face da intermediação da microeletrônica) trazendo enormes alterações na subjetividade operária; e a dissolução dos bairros de concentração tipicamente 'proletária' (que são, cada vez mais, zonas de excluídos) ”

As reformulações no modelo produtivo advindo das grandes crises das décadas de setenta e oitenta⁵ foram altamente referendadas a partir de uma adequação do mercado a novas formas tecnológicas de produção. Porém, ao invés de associar-se estas transformações a melhores condições de trabalho ou melhorias de vida à população, as novas tecnologias, em grande parte desenvolvidas no Japão e sudeste asiático, reformularam as relações capitalistas de produção, mas não conseguiram, ou mesmo objetivam, melhorar as condições de trabalho e de concentração de renda.

Eric Hobsbawn (1996) traduz as influências de um conjunto de novas tecnologias desenvolvidas a partir das grandes crises, quando

⁵ HARVEY, 1993, p.136. Harvey atribui a crise dos anos setenta as seguintes características: “O ímpeto da expansão de pós-guerra se manteve no período 1969-73 por uma política monetária extraordinariamente frouxa por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras”.

acionou-se uma significativa mudança do sistema produtivo capitalista para as décadas dos anos oitenta e noventa.

“Controle de inventário computadorizado, melhores comunicações, e transportes mais rápidos reduziram a importância volátil ‘ciclo de estoques’ da velha produção em massa, que resultava em enormes estoques ‘só para a eventualidade’ de serem necessários em épocas de expansão, e depois parava de chofre quando os estoques eram liquidados em épocas de contração. O novo método, iniciado pelos japoneses, e tornando possível pelas tecnologias da década de setenta, iria ter estoques muito menores, produzir o suficiente para abastecer os vendedores ‘just in time’ (na hora), e de qualquer modo com uma capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências de mudanças.

(HOBSBAWN, 1996,p.394)

Além das novas condições de produção refletirem-se de forma significativa na organização do trabalho⁶, a passagem das relações pré-contratuais para as pós-contratuais, destacadas por Boaventura Santos, se fazem sentir com maior firmeza a partir da redução dos gastos públicos ao longo dos anos noventa. Gastos com educação, segurança e saúde públicas passam a ser contidos com uma campanha de austeridade por parte dos Estados. Principalmente para as camadas mais pobres, o direito à saúde e educação deixou de ser uma promessa para tornar-se uma

⁶ Ibidem, p.156. Harvey argumenta que: “Na medida em que o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento forçou todos os estados a se tornarem mais ‘empreendedores’ e preocupados

realidade da exclusão. Artigos referentes a esse processo de exclusão constituem-se na maioria quase que absoluta no jornal Folha de São Paulo desde 1994. Além de uma clara relação com as transformações econômicas liberais, estes demonstram uma exigência profunda pela intervenção do Estado nos assuntos referentes à educação e saúde. Qualquer atitude contrária é imediatamente associada a um profundo retrocesso a períodos de barbárie históricos. Um artigo bastante significativo desta associação foi publicado no ano de 1994 com o título: ‘Progredimos para a Idade Média.’⁷

“Deus é testemunha do quanto aprecio e louvo as campanhas de solidariedade, agora institucionalizadas e promovidas pelas peças publicitárias que entopem a mídia. Nunca se falou tanto em cidadania e solidariedade –e abenço do fundo do coração os beneméritos que se dedicam à causa. Só para chatear: a onda neoliberal eleva o mercado às alturas de Divindade Suprema dos tempos pós-Muro de Berlim. A meritocracia substitui a aristocracia, os aptos serão os donos da Terra, e os excluídos, que oneram as folhas da previdência, dos hospitais, das escolas, que nada ou pouco produzem, esses que voltem aos cuidados dos montes pios, das santas casas de misericórdia. “Se eu falasse a língua dos anjos e não tivesse caridade seria como o sino que soa” –a bela frase é de São Paulo, muitíssimo citada quando se fala em amor ao próximo. Os interesses do Estado neoliberal são nítidos

em manter um clima favorável aos negócios, a força do trabalho organizado e de outros movimentos sociais tinha de ser contida.”

⁷ Artigo publicado na Folha de São Paulo no dia 09/12/1994 Progredimos para a Idade Média. Autor: Carlos Heitor Coni. Editoria: Opinião, página 1-2. Título: progredimos para a Idade Média.

e pouco diferem aos de uma quitanda: é preciso produzir mais, vender mais, sempre pelo melhor preço, para mais investir e investir o lucro para obter mais lucro e assim investir mais, sucessivamente, cortando as gorduras da mão-de-obra, dos encargos sociais ultrapassados. O Estado funcionaria em tamanho de bolso, apenas com uma polícia eficiente para garantir a propriedade e a regra do jogo estabelecida. Saúde, previdência e educação seriam entregues aos bons sentimentos da sociedade, tal como na Idade Média. Não faltariam peruas que levariam cestas de pão para distribuir aos famintos, novas Santas Isabeis que seriam louvadas pelos cronistas sociais e apareciam no "Fantástico". O Estado não pode perder tempo com os excluídos, os não-viáveis economicamente que pesam na sociedade, diminuem a margem do lucro e poluem o mercado –o Santo, o Sagrado, o Todo-Poderoso Deus mercado.

A Idade Média nos deu as catedrais góticas e a "Divina Comédia". A nova idade média nos dará excelentes sedes bancárias e um belo catálogo de eletrodomésticos que poderemos mandar vir de Miami pelo correio"

Temos, portanto, generosas camadas da população que se vêem excluídas da possibilidade de participarem de um processo contratual (pré-contratuais), ao mesmo tempo que a política da austeridade exclui grupos já pertencentes (pós-contratuais).

NOVO, MODERNO, MODERNIDADE e PROGRESSO:

Concepções e contradições de uma época.

Como se Gesta este Novo?

Quais os limites das transformações a ele associadas?

Quais são suas permanências e repetições?

Quais os dispositivos que este novo gera, capazes de propor novas formas existenciais para os sujeitos?

Estabelecer respostas e aproximações para essas questões me levaram a percorrer a trajetória de constituição da concepção de novo na história da época moderna.

Eric Hobsbawm (1998) questiona-se: quando o novo ou inovação passa a ser compreendido como algo necessário e desejado? Quais as relações que o aproximam da noção de evolução? Ao tentar responder essa questão, analisa que geralmente o novo se manifesta com mais fluidez no sentido de evolução, quando é concebido como ação humana sobre um meio não humano. Transformar a natureza, os métodos produtivos ou até mesmo o modelo de cidade, traz a imagem de evolução ou desenvolvimento. Contudo, as transformações baseadas no novo que se manifestam nas relações sociais são em grande parte tomadas como uma agressão ao passado, revelando um insistente apego às tradições sociais.

O curioso, contudo, é que essas manifestações podem ocorrer de forma simultânea. Desta forma, no mesmo grupo social, as reformulações da técnica não apenas são aceitas como são referendadas como atitudes de progresso e desenvolvimento, ao mesmo tempo que transformações em padrões socialmente enraizados, como estruturas familiares, gênero, sexo, casamento, etc., são radicalmente rejeitadas.

Revela-se assim a possibilidade da coexistência entre um culto ao novo, representando progresso e evolução pela técnica ao mesmo tempo

que se manifesta um apego às tradições e ao passado no que se refere a organização social e familiar.⁸

Esta dupla ou mesmo múltipla manifestação de culto ao novo, manifesta-se (contraditória), por exemplo, na mecanização que, ao extinguir antigas profissões e colocar à sombra um grande número de desempregados, faz com que a técnica e a tecnologia sejam vista de maus olhos, contudo na medida em que se criam novas relações produtivas e novos mercados de trabalho são abordados, a tecnologia não só passa a ser desejada, como constitui-se em sobrevivência, uma vez que através do dinamismo da concorrência o seu desenvolvimento torna-se essencial para a manutenção da produção e, portanto, dos empregos.

A resistência a transformações dentro da estrutura social manifesta-se basicamente através de um incessante senso de continuidade relacionado à experiência adquirida do passado. Hobsbawn (1998) ao referir-se a essa noção de continuidade, observa:

“O sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiência mantém-se surpreendentemente importante, mesmo para aqueles mais concentrados na inovação e na

⁸ HOBSBAWM, 1998, p.33 . “ a experiência da moderna sociedade capitalista sugere que podem ser ao mesmo tempo permanentes e transitórias. Por um lado, os *nouveaux riches* do final do século XX ainda aspiram às características da vida de uma aristocracia que, apesar de sua insignificância política e econômica, continua a representar o status social mais elevado. Por outro, os edifícios e o décor em estilo medieval, neo-renascentista e Luís XV da sociedade burguesa do século XIX, em certa etapa, deram lugar a um estilo deliberadamente ‘moderno’, que não só se recusava a recorrer ao passado mas desenvolvia uma analogia estética duvidosa entre inovação e técnica.”

crença de que novidade é igual a melhoria: como testemunha a inclusão da 'história' no programa de todos os sistemas educacionais modernos, ou a busca de ancestrais (Espártaco, More e Winstanley) pelos revolucionários modernos cuja teoria, se são marxistas, supõe sua irrelevância”
(HOBSBAWM, 1998, p.32)

Contudo, o próprio Hobsbawn (1997), em outra obra, destaca o cuidado que devemos ter na interpretação desse apego ao passado, pois não necessariamente esta relação está na contra-mão das mudanças. Para isso, destaca que devemos diferenciar a tradição do costume:

“O Objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive as inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O ‘costume’, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história.
(HOBSBAWN, 1997, p. 10)

Passamos a conceber a modernidade como uma luta constante entre as relações passadas e futuras. Se de um lado a tradição aciona uma espécie de freio-de-mão às modificações, de outro as relações baseadas no costume negociam muito mais claramente com essa dinâmica.

Antigo - Moderno

Clássico - Romântico

Tradição - Originalidade

Rotina - Novidade

Evolução - Revolução

Decadência - Progresso

Segundo Compagnon (1996), “os pares de vocábulos apresentados acima não são sinônimos, mas formam um paradigma e se interpenetram. São igualmente pares contraditórios.” O trabalho de Compagnon, ao buscar a genealogia das concepções de novo, revela que este pode ser encontrado, a partir do final do século V, no latim vulgar através do vocábulo “modernus”, oriundo de “modo”, “agora mesmo, recentemente, agora”. Referindo-se a Hans Robert Jauss, Compagnon afirma:

“Modernus designa não o que é novo, mas o que é presente, atual, contemporâneo daquele que fala. O moderno se distingue, assim, do velho e do antigo, isto é, do passado totalmente acabado da cultura grego e romana.”

(COMPAGNON, 1996, p.17)

Estamos tratando, assim, de uma redução do espaço e do tempo que separa o moderno do passado, o presente da história, onde a contemporaneidade do sujeito passa a ser predominante. Ser moderno, segundo Jauss, é estar apto a enfrentar o tempo histórico, é estar preparado para viver entre o lapso do tempo que separa o passado do presente, é estar imune à aceleração da história. Já a concepção de Baudelaire, defende a modernidade como um partido do presente contra o passado, anulando toda e qualquer relação com o passado.

Acabamos assim, por adentrar não em uma, mas numa sucessão interminável de modernidades. O romântico está para o clássico como moderno em seu tempo histórico, mas logo estará para o presente na forma do antigo. Podemos conceber, assim, que a modernidade constituiu-se em instrumento para que possamos receber o presente e nos adaptarmos a ele de forma a esquecer o passado. A modernidade assim é:

“consciência do presente como presente, sem passado nem futuro, ela só tem relação com a eternidade.”
(COMPAGNON, 1996,p.25).

O burguês da passagem do século XIX para o XX não se deixa mais escandalizar, *“ele já viu tudo.”* A modernidade tornou-se a seus olhos uma tradição. A única coisa que ainda o desconcerta um pouco é

poder definir a tradição hoje como o acúmulo da modernidade. Durante muito tempo opôs-se o que é tradicional ao que é moderno, sem nem mesmo se falar de modernidade ou de modernismo:

*Moderno seria o que rompe com a tradição e,
Tradicional o que resiste a modernização.*

Compagnon nos diz que, etimologicamente, tradição é a transmissão de um modelo ou de uma crença de uma geração à seguinte e de um século a outro: supõe a obediência a uma autoridade e a fidelidade a uma origem. Falar de tradição moderna seria, pois, um absurdo, porque essa tradição seria feita de rupturas. É verdade que essas rupturas são concebidas como novos começos, invenções de origens cada vez mais fundamentais; logo, esses novos começos terminam e essas novas origens deverão ser imediatamente ultrapassadas. Na medida em que cada geração rompe com o passado, a própria ruptura constitui a tradição:

“Mas uma tradição da ruptura não é, necessariamente, ao mesmo tempo uma negação da tradição e uma negação da ruptura?” (Compagnon, 1996, p.10)

A tradição moderna é uma tradição voltada contra si mesma, e esse paradoxo anuncia o destino da modernidade estética, contraditória em si

mesma. A aliança dos contrários revela o moderno como negação; ela denuncia sua aporia ou seu impasse lógico. Embora a modernidade Baudelaire, denunciada por Compagnon, expresse uma relação direta na presença determinante do presente frente ao passado no que se relaciona a modernidade, podemos perceber que essa tendência não foi hegemônica e totalitária como pregava os preceitos do modernismo.

A adesão ao imediatismo do presente e do mercado é criticada ferozmente em movimentos que não só denunciavam esta relação arte/mercado, como chegavam a provocar, pelo mesmo discurso do “novo”, uma tendência de ruptura entre a produção e a distribuição da arte moderna.

Huysen(1996) mostra esses movimentos como sendo frutos de um conflito entre o conformismo (adesista às tendências modernas) e os movimentos de vanguarda ao longo do século XX. Segundo Huysen, as vanguardas do século XX participaram de dois momentos históricos distintos. O primeiro forma-se a partir da segunda metade do século XIX, tendo sua linha atrelada aos movimentos políticos de contestação. Lutavam e apresentavam rupturas estéticas e éticas para disputar ou conceber outras (novas) manifestações artísticas que foram incorporadas ao processo de totalização da sociedade moderna. Esses movimentos, que

alcançaram a Europa e Estados Unidos, dividiam a atenção com o fenômeno de institucionalização da arte, seja ele efetivado pela Alemanha (nazismo), Itália (fascismo), EUA (Roosevelt) ou URSS (Stálin). Já a partir da segunda metade do século XX, os movimentos de vanguarda abdicam do direito contestatório ou discurso político para compor uma relação de luta exclusivamente atenta ao mercado homogenizante do consumo e produção de massa. Estabelecia-se, assim, a relação alta cultura (vanguarda) X cultura de massa (homogenizante). A crítica da alta cultura (art pop, por exemplo) fundamenta-se no critério de que a cultura de massa depende das tecnologias de produção em massa, constituindo-se, dessa forma, numa manifestação totalitária e universalizante.

Contudo, Huyssen denuncia que a morte da vanguarda se deu em dois momentos distintos. No primeiro, durante a feroz e nada pacífica reação institucional dos regimes totalitários da primeira metade do século XX que descaracterizava, assim, qualquer processo criativo que não tivesse atrelado aos preceitos do regime e de construção de um mundo unificado e pré-moldado pelo pensamento totalitário. Já a morte do segundo movimento da vanguarda, o que se caracterizou pela ruptura e distanciamento da arte através da consolidação da luta entre alta cultura -

cultura de massa, enquanto representante de um “novo” distante das produções homogenizantes e institucionais, é atribuída a sua própria constituição, pois utilizaram os mesmos instrumentos de mercado e produção como fator criativo e estético, possibilitando, assim, uma rápida absorção de que Huyssen denomina cultura de massa média norte americana. Os seus ícones de consumo de Warhol passam não só a ser incorporados como simultaneamente reproduzidos e massificados em escala industrial. O término da vanguarda, portanto, deve-se a uma resistência do “novo” produzido massivamente com os instrumentos do próprio modernismo.

Segundo Huyssen, o fim da vanguarda hoje se caracteriza pelo fato de que:

“a obsolescência das técnicas de choque da vanguarda, sejam dadaístas, construtivistas ou surrealistas, são bem evidentes. O mesmo é verdadeiro para o tipo de Brechtiano de crítica ideológica.”
(HUYSSSEN, 1996, p. 37)

Huyssen argumenta, quanto a este aspecto, que, com a instalação da informação em escala industrial, a crítica ideológica passa a constituir-se em um instrumento ineficiente de contestação, pois afirma que *“informação demais, críticas ou não, se tornam ruídos.”* A ineficiência

do novo (vanguarda) frente ao “novo” do presente (moderno) pode ser expressa da seguinte forma:

“não só a vanguarda histórica é coisa do passado, mas é também inútil tentar revivê-la sob qualquer forma. Suas invenções artísticas e suas técnicas foram absorvidas e cooptadas pela cultura de massa média ocidental em todas as suas manifestações, de filmes de hollywood, televisão, design industrial e arquitetura até a estetização da tecnologia e a estética da mercadoria.
(HUYSSSEN, 1996, p.37)

Retomando o conceito de modernidade Baudeliana, onde ser moderno particulariza-se na relação novo/antigo, onde o processo de seleção contínua caracterizava-se pela rápida constituição do moderno a partir do esquecimento do que foi moderno no passado, passo a considerar que o modernismo distinguiu-se frente ao século XX com ações homogenizantes e que os movimentos de contestação e/ou resistência ou eram absorvidos ou considerados antigos e, por isso, esquecidos pelo mundo moderno. Do eterno embate tradição/moderno, o modernismo acabou, pela prática do esquecimento, permitindo através de sua própria homogeneização e mercantilização a geração de uma possibilidade que, longe de se caracterizar com um processo de ruptura, constituiu-se pela formação de um novo paradigma. Este novo paradigma, nascente e fruto do próprio modernismo, caracterizado pelo

que se dominou pós-modernismo, tentando conceber e denunciar as distorções formuladas dentro do próprio processo uniformizante e totalitário do modernismo.

Passado: O Renascimento da memória

“Charles Jencks data o final simbólico do modernismo e a passagem para o pós-moderno de 15h. 32min de 15 de junho de 1972, quando o projeto de desenvolvimento da habitação Pruitt-Igoe, de St Louis (uma versão premiada da “máquina para a vida moderna” de Le Corbusier), foi dinamitada como um ambiente inabitável para as pessoas de baixa renda que abrigava.”
(HARVEY, 1993, p.45)

O profundo e já condicionado sentimento de crise pelo qual a sociedade atravessou o século XX, principalmente devido ao abandono da concepção de que o futuro seria algo compartilhado por todos no que

diz respeito a melhorias tecnológicas, levou à constatação de que a sociedade deste fim de século está doente, “doente de amnésia”.

Percebe-se que no momento em que o modernismo caracterizou e concretizou o moderno como sendo um processo permanente de substituição do antigo/novo no presente, ele condenou a memória ao subúrbio das relações sociais e políticas. Esta sucessão de “novos” ou de “presentes”, distanciados da perspectiva de futuro (duas grandes guerras e os acontecimentos de 1989 no leste europeu), trouxe a ausência de perspectiva nos sinais de fadiga dos modelos modernistas de cidades, sociedade e políticas.

Quanto mais atreladas a concepções de engrenagens homogenizantes, mais as tendências de resistência gerada pela falta de perspectiva futura, presa a crônica amnésia do passado, levaram a conceber transformações, onde a predominância passou a ser a instalação de “novas” leituras dos códigos dentro do próprio modernismo⁷. A relação pós-moderna passa, assim, a vincular suas considerações ao renascimento da memória, memória esta que ataca a concepção moderna de um presente eterno, de um futuro homogêneo e de um mundo totalizante. Memória que enxerga no passado e na micro-política possibilidade de enfrentar e transformar os moldes modernistas dentro do seu próprio

terreno, ou seja, através da produção em massa, da multi-informação e absorção de dados. Ao definir memória, Huyssen afirma:

“a memória humana pode sim ser um dado antropológico, e intimamente ligado como é às maneiras como uma cultura constrói e vive sua temporalidade, as formas que ela tomará são invariavelmente contingentes e sujeitas à mudanças.”

(HUYSSSEN, 1996, p.14)

Um dos aspectos predominantes da memória está na relação que esta possui com a representação. Uma relação direta, mas que diferencia-se através do processo de construção. O exercício da memória, assim, constitui-se não em uma recuperação de um passado, mas em sua busca deste.

O período compreendido ao longo do século XX, constituído pela predominância do presente (moderno) e caracterizado pela busca do “novo”, tem caracterizado, como já foi dito, por um processo de amnésia social, onde o passado, ou a busca deste, se manifesta ineficiente e inoperante.

Contudo, a pós-modernidade tem dado ênfase exagerada ao aspecto da memória e sua busca do passado. Esta característica gera uma questão que merece ser desenvolvida posteriormente, qual seja: Dentro

dos preceitos do modernismo, como compreender que sua reação à amnésia tenha se intensificado tanto nas últimas décadas?

A contradição interna do modernismo, enriquecida por um processo de enfraquecimento da cultura histórica, política e social, entrou em colapso a partir das questões/contradições surgidas dentro da própria dinâmica do “novo”. O modernismo, com sua tendência ao eterno e ao homogêneo, revela sinais de fadiga e marcantes sintomas de fragmentação, como se verifica, por exemplo nas lutas nacionais basca e irlandesa, identificadas por fortes apelos de afirmação e autonomia nacionais e culturais, assim como nas questões de radicalização religiosas (palestinos e israelenses). Já os fundamentalistas e mais uma gama de grupos que buscam na tradição a possibilidade de não só se firmarem no mundo, mas de constituírem-se em agentes determinantes de seu próprio presente, revelam que a crítica à cultura de massa levada a cabo pelos movimentos da vanguarda ao longo do século morreu, mas somente enquanto agentes contestatórios à produção de massa. A dita vitória moderna, longe de se caracterizar por definitivo ou na própria condição de eternidade, revelou pelos próprios instrumentos de incorporação das vanguardas, suas contradições mais endêmicas.

Multi-informações, homogeneização de culturas, regimes e teorias totalitariamente constituídos no consumo e na produção de massa, sufocaram, mas não conseguiram eliminar os enclaves de uma luta por identidade frente às noções de nação e estado. Bósnios, sérvios ou qualquer outro enclave à dinâmica moderna revelou-se, ao invés de fenômenos passageiros, predominâncias contemporâneas que tomaram o presente e o novo como dinâmicas cada vez mais latentes de suas próprias contradições.

Ao invés de lutar contra uma sociedade consumista, baseada na produção em massa (caminho seguido pelas vanguardas), o ressurgimento e a valorização da memória têm servido como luta para tentar frear a velocidade do tempo moderno assim como da “eterna” substituição novo/antigo imposto pelo modernismo. Assim temos, que:

“a obsessão pela memória não é simplesmente função da síndrome de fim-de-século, mas que deve ser a luta como sinal de crise daquela estrutura de temporalidade que marcou a era moderna, com sua celebração do novo como utópica e com um “outro” radical e irreduzível.”
(HUYSSSEN, 1996, p.)

Percebemos, portanto, que a memória, enquanto agente pós-moderno, assume um caráter de resistência e contestação que supera a

própria dinâmica do modernismo, uma vez que permite um refreamento da dinâmica de velocidade de informações, constituindo-se, assim, como alternativa, opção e meio de crítica à apologia da virtualidade, do tecnicismo e da multi-informação mitificados pelo modernismo.

Assim como os modelos totalitários do modernismo no campo da arquitetura e urbanismo deram sinais de falência absoluta a partir da década de 60, e que a imagem casa-máquina de Le Corbusier revelou sua total inadequação à vida humana, a “busca” da memória torna a construção do passado uma alternativa ao mundo high-tech do fim-de-século. Ao frear a dinâmica tecnológica e informacional, a memória permite estabelecer “novas” possibilidades de constituição, uma vez que resgata e/ou constrói novas relações de temporalidade.

Não são só as relações de nacionalidade/identidade de culturas e religiões, que hoje estabelecem lutas para se impor frente essa dinâmica temporal homogenizante, que revelam-se neste fim-de-século. A diferenciação de níveis de vida e perspectivas entre os países de primeiro e terceiro mundo revelam também e, talvez com mais força, as contradições do discurso moderno deste período. Essas diferenças e contradições permitem inferir que a dinâmica do tempo estabeleceu ao longo do século uma profunda sensação de não sincronia de que estamos.

vivendo espaços de tempo diferentes onde o grau de aceleração varia de acordo com as condições históricas de desenvolvimento das práticas tecnológicas e informacionais do modernismo, Esta não sincronia de tempo mas a existência de vários tempos concomitantes mina a sensação imposta pelo modernismo de um mundo universalizado pela técnica e pela informação de massa, acrescentando que os novos olhares sugeridos pela pós-modernidade tornam-se cada vez mais necessários e eficazes para estabelecer limites e resistências às contradições modernistas.

CAPÍTULO 2

A “Cultura de Massa”: a nova relação de território

Se a destruição trazida pela II Guerra foi quase que total, a reconstrução deve ser compreendida como um empreendimento internacional. A bipolarização dos anos posteriores à Segunda Grande Guerra acabou por gerar a necessidade de uma aproximação física entre os povos. Inauguram-se as grandes redes de comunicação. Não só voltadas para a propagação do estilo de vida desejado, mas para estabelecer uma nova relação de familiarização de culturas.

A instalação da Guerra Fria, imediatamente após o término da Segunda Grande Guerra, trouxe a necessidade de uma corrida tecnológica entre as duas grandes nações vencedoras do conflito. Evidentemente que o setor de ponta desse avanço se deu na pedra fundamental da Guerra Fria: a corrida armamentista. Assim, tanto os Estados Unidos como a União Soviética necessitaram rapidamente criar

uma rede de informações de conexão internacional. Porém, a rapidez de informações exigida durante a Segunda Guerra não respondia mais às exigências de um mundo agora nuclear. Criou-se, assim, da transmissão e detenção de informação o mundo “on-line”, onde o conceito de rapidez começou a ser substituído pelo conceito de simultâneo.

Contudo, essas transformações na concepção de divulgação e de detenção de informações foram absorvidas para fins muito além da concepção militar de defesa e ataque. A difusão de informações espalhou-se rapidamente, e o que servia para receber passou a ser utilizado também para difundir. Estava-se iniciando-se a era das penetrações culturais, onde modelos e estratégias de dominação informacional tornaram-se muito mais dinâmicos e rendosos do que a constituição e manutenção de tropas militares.

As redes de informações estabelecidas com a Guerra Fria trouxeram consigo a materialização do conceito de “Geo-Política”, onde países com a incapacidade de enfrentar a “grande potência nuclear inimiga” assumiam a função de garantir a sobrevivência e o avanço tecnológico da “grande nação amiga”. Assim, países e culturas ficaram à mercê dos poderosos, uma vez que estes assumiram para si o controle da ameaça nuclear inimiga. Dentro dessa política de manutenção em blocos,

as potências garantiriam as grandes ameaças, enquanto que os países aliados garantiriam a ordem interna, dispersando revoluções e crescimentos internos de oposição. Sendo assim, as potências mundiais não só restringiram os empreendimentos tecnológicos, como também procuraram generalizar seu modo de vida.

“O termo dissuasão reflete a ambigüidade dessa situação em que a arma substitui a proteção da couraça, em que as possibilidades da ofensa e da ofensiva garantem, por si só, a defesa, toda a defensiva contra a dimensão explosiva das armas estratégicas mas nenhuma contra a dimensão “implosiva” das performances dos vetores, uma vez que, ao contrário da manutenção da credibilidade de uma “força de ataque”(nuclear), ela exige o aperfeiçoamento incessante das proezas dos engenhos, ou seja, de sua capacidade de reduzir a nada ou quase nada o espaço geográfico”
(VIRILIO,1996,p.126)

Os meios de comunicação que, até a segunda Guerra, sempre foram considerados artigos militares, passaram a entrar e fazer parte do cotidiano de milhões de pessoas, ao ponto de causar quase que instantaneamente a familiarização cultural de todo um bloco de países. Iniciava-se assim o domínio do rádio, da televisão e do cinema. Inaugurou-se com a Guerra Fria e a Geo-Política o que Edgar Morin (1990) denominou “Cultura de Massa”:

“É no amanhã da Segunda Guerra Mundial que a sociologia americana detecta, reconhece a Terceira Cultura e a domina: “mass culture”.

Cultura de massa, isto é, produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial; propaganda pelas técnicas de difusão maciça; destinando-se a uma massa social, isto é, um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classe, família, etc.).”

(MORIN, 1990, p.14.)

O que se pensa e o que se faz, agora pode e é visto e ouvido por milhões de pessoas. O rádio, a TV, a imprensa escrita, o cinema e a informática exigem uma nova adequação da humanidade. Na construção do sujeito, a interferência de grupos como a família, o bairro ou até mesmo a cidade são complementadas com um maciço deslizamento de informações que irão não só propagar toda uma nova concepção de vida como também permitirão uma adequação universal a antigos valores e costumes regionais. A “cultura de massa” caracteriza-se por penetrar, aderir e, finalmente combater as culturas nacionais, religiosas, etc. Perde-se com isso, as noções de localidade e de territorialidade.

Nestór Canclini (1996), ao analisar as transformações na concepção de cidadania na sociedade moderna, estabelece que as perguntas que perseguem homens e mulheres na condição de cidadão estão sendo respondidas muito mais pela capacidade de consumo e pela

intervenção da mídia de massa do que pelas formas tradicionais da democracia, ou seja, o voto e a participação e ocupação do espaço público.

Portanto, as perguntas: *“a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses”*¹ estão sendo respondidas principalmente pela capacidade de consumo que os cidadãos passam a dominar.

Atrela-se a isso o crescente descrédito que os próprios meios de comunicação estão gerando dentro dos quadros tradicionais de exercer a força pública. Instituições como parlamento, o sistema judiciário e o executivo estão constantemente sendo sacrificados enquanto agentes públicos de gerenciamento dos interesses comuns para exercerem cada vez mais a responsabilidade da desordem econômico-política que noticiam. Além do descrédito das instituições cada vez mais se tornar pauta de artigos e discussões entre a mídia, os canais que teoricamente assegurariam aos agentes democráticos de uma sociedade estão sofrendo uma constante e significativa transformação de sentido e execução.

A exemplo disto, encontra-se a prática do voto e de como obtê-lo pelo meio político. Canclini (1996) destaca:

“Num tempo em que as campanhas eleitorais se mudam dos comícios para a televisão, das polêmicas doutrinárias para o confronto de imagens e da persuasão ideológica para as pesquisas de marketing, é coerente nos sentirmos convocados como consumidores ainda quando se nos interpela como cidadão”.
(CANCLINI, 1996, 14)

Portanto, a possibilidade de uma resistência à prática da globalização, que seria a política, passa a ser desacreditada e incorporada a própria noção de produto (fabricada e comercializada).

Contudo, a difusão dos veículos de comunicação passou ao longo do século XX por diversos estágios de identificação. O rádio e sua difusão foi utilizado basicamente para criar identidade entre países.² Trazer a realidade do cotidiano a regiões desconhecidas pela distância caracterizou seu principal objetivo. Buscavam os hábitos e gostos comuns a países que mal se conheciam. Modos de vestir, de falar e de comer aproximavam regiões e diferenciavam culturas.

Estava-se iniciando o processo de unificação cultural, no qual a identidade certamente passaria por um processo de valorização da produção nacional. Instalou-se principalmente nos países de terceiro

¹ CANCLINI, 1996, p. 13.

² Ibidem, p. 140. Canclini ao citar Martín Barbero, afirma: “os programas de rádio contribuíram para que grupos de diversas regiões de um mesmo país, antes afastados e desconectados, se reconhecessem como parte de uma totalidade”.

mundo, o incentivo a produção industrial e a mecanização do campo, com um nítido aspecto desenvolvimentista e evolucionista.

Canclini argumenta:

“como os meios eram predominantemente de capitais nacionais e aderiram à ideologia desenvolvimentista, que confiava a modernização à substituição de importações e ao fortalecimento industrial de cada país, mesmo os atores mais internacionalizados naquele momento – como a tv e a publicidade – nos incitavam a comprar produtos nacionais e difundiam o conhecimento do próprio”
(CANCLINI, 1996, p. 140)

A produção nacional passa a ser uma alternativa aos preços altos e à dependência das importações. Enquanto os produtos nacionais significam preços baixos, as importações passam a assumir um significado de status entre as classes abastadas. As importações passam a representar o diferente, em um processo de criação de identidade. Consumir produtos importados passa a significar não só poder aquisitivo como uma posição de domínio cultural. Um domínio e sensação de se estar pertencendo a uma cultura mundializada. Cria-se a distinção entre o nacional, bom para todos e o importado, signo de cultura e status.

As culturas nacionais, que obtiveram sua maioria através dos meios de comunicação, passaram a sofrer uma radical transformação ao longo da década de setenta e oitenta. A cada vez mais desenfreada entrada do capital estrangeiro nos países e suas crescentes dependências

destes, assim como o surgimento de uma nova ordem econômica, onde as barreiras alfandegárias passaram a serem combatidas, levaram essas culturas a conviverem cada vez mais com artigos importados. A produção, cada vez mais, torna-se desconhecida e desterritorializada. Ao adquirir um carro no final dos anos noventa, certamente estamos adquirindo um mosaico tecnológico que congrega três continentes.

Cultura: do diferente ao híbrido

Nestór Canclini (1996) observa que o exercício antropológico de estudar identidades sempre esteve voltado ao destaque das diferenças culturais. Dentro da técnica do estranhamento³, a antropologia buscava

³ Giddens, Anthony in: Ulrich,1997, p.119-121 argumenta sobre o processo do estranhamento: “A antropologia passou por três fases gerais. A primeira foi uma fase de taxonomia do estranho; a Etnografia

no diferente os significados de signos e ritos sociais que estariam completamente introjetados nas culturas conhecidas, impedindo, assim seus estudos. Neste sentido o estranhamento ou as diferenças, ao serem observadas, serviriam para a criação de um modelo ou método de estudo das próprias culturas. Contudo, essa prática está encontrando uma certa inadequação ao estudo das sociedades contemporâneas, uma vez que as diferenças não respondem mais a métodos eficazes de se trabalhar culturas impregnadas pela prática da globalização.

Canclini propõe um novo olhar para esta nova realidade. O olhar de culturas não apenas diferentes mas híbridas:

“nesta perspectiva, as nações se convertem em cenários multideterminados, onde diversos sistemas culturais se interpenetram e se cruzam”
(CANCLINI, 1996, p. 142)

Após o período instalado na década de setenta, quando o mercado produtivo passou a impor produtos em uma demanda que se acreditava homogênea, percebeu-se que certas resistências começaram a interferir na própria concepção de venda e marketing. A rede de lanches

primitiva era uma espécie de viagem coletiva do Beagle, circunavegando o mundo em busca da classificação de espécies exóticas (...) Uma nova fase foi iniciada quando a antropologia descobriu o que poderia ser chamado de inteligência essencial das outras culturas ou tradições. O outro é descoberto como aquilo que pode ser reconhecido como 'nós', embora vivendo, é claro, em circunstâncias diferentes (...) Já a terceira fase,

MacDonald é um exemplo. Sua ampla e rápida expansão ao longo da década de oitenta e noventa, inclusive nos mercados do leste europeu e asiático, colocou a falsa certeza que o mundo encontrara uma forma única de entender-se. Produtos únicos para um mundo diverso. Porém, além da inadequação do sabor e da forma do alimento, essa rede sofreu um profundo recolhimento ao longo da década de noventa. Incapacitada de adequar-se às exigências e necessidades da diversidade cultural, principalmente por retratar-se como símbolo de uma era de globalização, encontrava na própria filosofia vendida a inviabilidade de uma uniformidade e padronização. Canclini nos mostra que mesmo se tratando de produtos internacionais, estes, ao contrário do que se possa esperar, não estão imunes a reações ou desejos diversos nas relações culturais em que entrem contato.

“a coca-cola só tirou proveito do mercado espanhol quando diminuiu o tamanho de suas garrafas adaptando-se aos refrigerantes existentes no país; uma campanha publicitária desenvolvida na Alemanha, com ídolos do basquete norte-americano, teve pouca repercussão porque os desportistas eram desconhecidos na Europa; os jeans no Brasil são mais justos para realçar as curvas femininas; os japoneses sabem que os europeus tendem a adquirir aparelhos de som pequenos, de alto desempenho, mas que

os costumes locais permanecem lado a lado com imagens e informações que provêm tanto da sociedade nacional como do mundo mais amplo.”

possam ser escondidos em armários, enquanto os americanos preferem alto-falantes grandes.
(CANCLINI, 1996, p. 146)

Essas relações de mercado revelou a concepção bastante peculiar de venda e marketing. Canclini observa que ao contrário do que se propagou, isto é, de um comércio baseado em um mercado consumidor uniformizado, ocorreu uma ascensão de relações multiculturais onde a percepção passa a compreender segmentos mundializados. Passa-se a dirigir a atenção da produção e do marketing para segmentos que, embora mundiais, especificam exigências. Surge assim os grupos de consumo de jovens, velhos, gordos, etc. Enquanto a globalização readapta-se a essa nova condição, a realidade das culturas nacionais não desaparecem como era de se esperar. Ao contrário, fortalecem-se mediante processos de hibridização interculturais onde as relações de mídia de massa passam por um profundo processo de questionamento. Como ser total quando o universal não predomina?

Mundial e Universal: o conflito totalizante

A passagem cada vez mais acentuada de telespectadores de canais abertos para TV à cabo ou por assinatura revela, antes de mais nada, a reformulação de padrões culturais de identificação e principalmente de inadequação a padrões genéricos e totalizantes. Segmentos específicos buscam linguagens próximas a suas realidades, descartando modelos e linguagens que, por falta de identificação ou identidade, passam a tornarem-se obsoletos ou inadequados. No momento em que os meios de comunicação em massa passam a perder terreno ou a transformarem-se rapidamente em canais específicos de entretenimento, onde grupos ou segmentos são atendidos ao invés de programas de sentido abrangentes, uma nova mídia destaca-se neste sentido.

A Internet que na última década passou a ter cada vez mais assinantes, revela uma nova concepção na relação entre consumo e interação cultural. Conforme revela Pierre Levy(1999), a INTERNET está provocando a construção de uma relação baseada no universal sem totalidade. A partir dessa possibilidade, Levy destaca que, com o

crescimento do cybercultura, estabelece-se a ausência cada vez mais significativa de um centro provedor e administrador da informação, ao contrário dos outros veículos de comunicação em massa, como TV, jornais e rádios, onde cada vez mais ocorre uma centralização totalitária da informação.

Através de um reduzido grupo de agências produtoras de informação, acontecimentos são produzidos, selecionados e formatados para a divulgação em todo o mundo.⁴ Fala-se sobre o mesmo assunto, houve-se a mesma análise e propaga-se a mesma imagem.

Essa totalizante percepção do mundo contemporâneo tem encontrado alternativa dentro do própria concepção universalizante. Mas, ao invés de estabelecer a visão total igual e comum para todos, permite que se estabeleça, dentro da anarquia da interação, a multiplicidade de

⁴ LEVY, 1999, p.5 “Os meios de comunicação em massa (imprensa, rádio cinema e televisão) seguem, ao menos em sua configuração clássica, a linha cultural do universal totalizante iniciada pela escrita. Dado que a mensagem mediática será lida, ouvida, vista por milhares ou milhões de pessoas mundo afora, é composta de maneira que encontre o ‘denominador comum’ mental de seus destinatários. Seu alvo são os receptores, no mínimo, de sua capacidade interpretativa. Não cabe desenvolver aqui tudo quanto distingue os efeitos culturais da mídia eletrônica dos da prensa. Só queria ressaltar uma semelhança. Por circular num espaço desprovido de interação, a mensagem mediática não pode explorar o contexto particular que envolve o receptor, ignora sua singularidade, suas aderências sociais, sua microcultura, seu momento e sua situação especial. Tal dispositivo, ao mesmo tempo redutor e conquistador, é que fabrica o público indiferenciado, a massa dos meios de comunicação de massa. Universalizante por vocação, a mídia totaliza de maneira frouxa sobre o atrativo emocional e cognitivo mais baixo, para o espetáculo contemporâneo, ou de maneira muito mais violenta, sobre a propaganda de partido único, para totalitarismos clássicos do século XX”

percepções. Utiliza-se o canal da universalidade para enfrentar a totalidade. Levy(1999) destaca que:

“o ciberespaço dissolve a pragmática de comunicação que, desde a invenção da escrita, havia conjuntado o universal e a totalidade. Com efeito, leva-nos de volta a essa situação anterior a escrita – porém, numa outra escala e em outra órbita – na medida em que a interconexão e o dinamismo em tempo real das memórias em linha faz os parceiros da comunicação partilharem novamente o mesmo contexto, o mesmo imenso hipertexto vivo. Qualquer que seja a mensagem abordada, ela está conectada com outras mensagens, com comentários, com gloses em constante evolução, com pessoas que se interessam por elas, com os fóruns onde são debatidas, aqui e agora”.
(LEVY,1999,p.6)

Neste aspecto, Jean Baudrillard (1997) traça uma interessante distinção entre as concepções de mundial e universal:

“Mundialização e universalidade não andam de mãos dadas; haveria, em princípio, autonomia de uma em relação a outra. A mundialização diz respeito aos tecnocratas, ao mercado, ao turismo, à informação. A universalidade, aos valores, aos direitos humanos, às liberdades, à cultura, à democracia. A mundialização parece irreversível; o universal estaria, antes, em via de extinção. Ao menos enquanto constituído como sistema de valores na escala da modernidade ocidental, sem equivalente em nenhuma outra cultura.”
(BAUDRILLARD, 1997, p.127)

Caso a mundialização torne-se de fato a única alternativa para o sistema comercial e produtivo internacional, o universal vem permitindo

revelar a individualidade. Dentro de uma formação discursiva homogenizante, o discurso universal esbarra frente ao surgimento de formas de resistência que muitas vezes extrapolam a compreensão do próprio universal. Qualquer alternativa a dita cultura universal passa a ser compreendida como desviante e a caracterizar-se como acontecimento.

Tomemos como exemplo o caso do islamismo. Considerado o inimigo número um dos direitos humanos, da cultura universal e da democracia assume o caráter de combate, quando qualquer forma de resistência ao próprio discurso deve ser compreendida como uma atitude desesperada de conceber o bom ou o bem. Assim, o terrorismo e as guerras locais pipocam como uma voz que grita contra a realidade imposta pelo universal.

De outro lado, mais uma vez elegemos o diferente como bárbaro, considerado não apenas como o que não se encaixa no modelo de nossa sociedade, mas como o que passa a exercer cada vez mais posturas contrárias à tranqüila incorporação. Revela-se, assim, uma espécie de encontro entre a resistência à prática econômica e política da produção e as alternativas de sobrevivência de práticas culturais que não se modelam às normas estipuladas pelo politicamente correto.

A prática universal esbarra na diferença, na incapacidade de impor o homogêneo ao múltiplo, demonstrada pela resistência ao modelo econômico demonstrando e sendo dirigido pelos enclaves locais: Irã, Iraque, bascos e IRA teimam em reaparecer frente à necessidade de aderência, como frentes de terrorismo (por e para serem acontecimentos) contra a mundialização e, conseqüentemente, tornando-se pólos que desestruturam a universalização. Para Baudrillard (1996):

“Estamos diante de um dispositivo complexo em três níveis: mundialização das trocas, universalidade dos valores e singularidade das formas(línguas, culturas, indivíduos, caracteres, mas também acaso, acidente,etc. – tudo que é universal recusa conforme a sua lei como exceção ou anomalia). Ora, a situação muda e radicaliza-se à medida que os valores universais perdem autoridade e legitimidade.”
(BAUDRILLARD,1996,p.130)

Mídia: a predominância do instantâneo

A cultura de massa é e sobrevive através da relação com o instantâneo. Ser e estar passam a depender de uma relação direta com a

velocidade com que se propaga a informação. A tele-visão e a tele-audição tornam-se estruturas fundamentais para a constituição de uma relação universal. Ver, ouvir e sentir acontecimentos de todo o planeta passam a estabelecer uma relação de identificação com o estranho. O distante, o longínquo e o regional são conhecidos pela veloz aproximação do espaço e pela constituição do universal.

Os meios de comunicação tornam-se predominantes e os mídias:

“...constituem o melhor sistema de informações que se pode conceber. Uma trama cerrada que cobre a superfície do globo, capta e transmite imediatamente o fato. Pesquisadores e jornalistas mergulham nos problemas que surgem no seio das sociedades. A todo instante, temos a possibilidade de ver/saber o que está acontecendo. Podemos ter, diariamente, conhecimento da história que se está realizando. O planeta Terra tornou-se a laranja azul que podemos contemplar a todo o momento.”
(Morin, 1981, p.31)

Ao predominar a dinâmica da velocidade, do instantâneo, estabelece-se a aproximação e a determinação do novo. A dinâmica, o movimento e as transformações perdem o caráter lento e gradual historicamente arraigados e passam a ser como cada vez mais agressivos, velozes e universalistas. Contudo, ao falar em transformação, não estou desconsiderando que a história sempre se constituiu dentro de um caráter

de transição, que sempre assumiu uma posição dinâmica na relação com o tempo. Destaco, assim, não o aspecto inovador das transformações e transições, mas a forma descontínua com que elas vem se apresentando no decorrer da história do século XX.

Concebo essas múltiplas transformações como características de uma mesma relação. Múltiplas no sentido de abranger uma enorme gama de fenômenos cujas características estão marcadas pela mesma dinâmica, ou seja, a busca do novo no qual onde a predominância e o domínio do tempo sobre o espaço se manifesta pela determinação da velocidade e das rupturas.

Dentro dessas relações pode-se conceber o encontro de duas linhas que percorreram a história de forma paralela: o tempo e o espaço. Nesse encontro, a dissociação dos conceitos de linearidade, de tradição, de territorialidade e, principalmente, de passado e futuro sofrem um processo de pulverização. A relação bipolar tempo e espaço, pela primeira vez na história, encontra-se atingida, fraturada, fundida pela predominância de uma expressão até há pouco tempo totalmente desconhecida no vocabulário histórico: a velocidade,

Velocidade, que segundo Paul Virilio, representa:

“Criação e queda do tempo, o dia ordena e rege a elasticidade da duração; não apenas a do dia, da semana, do mês, do ano, mas a da relatividade que nunca deixou de acompanhar a inteligência do tempo, tempo dos místicos, dos políticos, de que a história, a filosofia e a física conservaram a marca, até às recentes teorias da relatividade restrita, e depois geral, que desembocarão na crise do absolutismo temporal e espacial, na explosão de uma infinidade de - tempos locais - induzidos pela constante da velocidade da luz; luz da velocidade que ilumina doravante de um modo novo a extensão e a duração, pois aparece provado que a velocidade dilata o tempo no próprio instante em que contrai o espaço”
(VIRILIO, 1993, p.61)

A velocidade do tempo aproxima e revela uma nova realidade: a realidade daquilo que aparenta ser. Esta condição afeta diretamente a noção de espaço pois, com o advento da imagem instantânea, a conquista do espaço passa a ser uma preocupação meramente virtual. As distâncias, os relevos, os desertos, ao contrário de exigirem deslocamentos e estratégias militares de dominação, passam a conceber uma realidade que não se tem, que não se detêm, onde a ação de possuir, revela-se na estratégia de comunicação e na utilização cada vez mais acelerada da tecnologia.

Paul Virilio argumenta sobre esta desmaterialização da noção do espaço da seguinte forma:

“O antigo duelo entre cidades, a guerra entre nações, o conflito permanente entre impérios marítimos e as potências continentais, tudo isto desaparece subitamente cedendo lugar a uma oposição inaudita: a colocação em contato de todas as localidades, de toda a matéria. A massa planetária fica sendo apenas uma “massa crítica”, um precipitado resultante da extrema redução do tempo de relação, temível fricção de lugares e elementos ontem ainda distintos e separados pelo tampão repentinamente anacrônico das distâncias” (...) “Se a velocidade aparece então como recaída essencial dos estilos de conflitos e de conflagrações, a atual “corrida armamentista” efetivamente não passa “do armamento da corrida”, tendo o fim do mundo como distância, como campo de ação”.
(VIRILIO,1996,p.125)

A tecnologia toma a sua relação com a velocidade como forma de constituição, uma vez que, como observa Antoine Picon (1996), o impacto social da técnica reside na sua própria concepção dos problemas. Assim, a exigência de construção e elaboração de conhecimentos cada vez mais heterogêneos acabam por provocar no nosso século a constituição de um novo pensamento técnico que dissocia a imagem da produção de conhecimento antes restrita aos intelectuais. A técnica, dentro desta concepção de complexidade, acaba por exercer um papel predominante no próprio processo de construção de conhecimento, visão esta defendida por Abraham Moles quando afirma:

“ A técnica cria, assim, novas situações, gerando novos problemas, que vamos pedir aos filósofos que resolvam ”.
(Moles, 1996, p.67)

Tempo, espaço, passado, futuro: fragmentos históricos que o século XX substitui por velocidade, virtual, intensidade e tecnologia.
Categorias que carregam consigo a noção do novo, um novo não dinamizado pela experiência, progresso e futuro, mas constituído pela incerteza: incerteza de estar, de realidade e de tempo.

Paul Virilio (1993) questiona:

“Como viver verdadeiramente se o aqui não é mais e se tudo é agora? Como sobreviver amanhã à fusão/confusão instantânea de uma realidade que se tornou ubiqüitária se decompondo em dois tempos igualmente reais: o tempo da presença aqui e agora e aquele de uma telepresença à distância, para além do horizonte das aparências sensíveis?

Como administrar racionalmente o desdobramento não somente das realidades atual e virtual, mas ainda do horizonte aparente que baliza o limite de percepção de minha atividade cotidiana e do horizonte trans-aparente de uma tela que subitamente entreabre uma espécie de janela temporal para alhures e, frequentemente, muito longe?
(VIRILIO,1993,p.103)

A complexidade que se estabelece a partir da “Era Informacional” em relação à percepção e colocação do sujeito contemporâneo em seu mundo representa o grau de dificuldade em se estudar o tema proposto. A questão portanto, deve passar principalmente pela necessidade não de se escolher uma linha teórica de análise pré-concebida, mas de construí-la, buscando instrumentos de análise baseados no múltiplo e no transdisciplinar.

Como já foi dito, a relação tempo-espaço que fundamentou e constituiu não apenas o sujeito mas a sua própria formulação de conhecimento dissipou-se pela existência e exigência do múltiplo, do diverso e do instantâneo. Nunca se teve tantas informações ao mesmo tempo, gerando tantas possibilidades de abordagens.

A s S o m b r a s d o V i r t u a l :

A memória sem lembranças

As redes multi-informacionais cada vez se tornam mais acessíveis, ao ponto de provocarem, em velozes espaços de tempo, profundas rupturas na concepção histórica de conhecimento e de aprendizagem.

As grandes redes comunicativas através de suas instantâneas, e por isso infinitas, fontes de informação, abandonam a concepção de acúmulo de informações. O acúmulo de saber deixa de significar um fonte de poder para transformar-se numa concepção de informação, onde o determinante caracteriza-se pela possibilidade cada vez mais veloz de acesso. A própria história da Informática revelou essa ruptura num curtíssimo espaço de tempo.

O primeiro computador, na década de 50, concebido com a finalidade de desenvolver a complexidade e velocidade do cálculo matemático, necessitou de um exorbitante acúmulo de informações, armazenadas pela primeira vez, numa mesma área, através de um mesmo sistema de linguagem. Contudo, a capacidade de informações exigiu o aumento da capacidade de memória, que estava estabelecida numa relação direta com a área física ocupada pelo computador. A necessidade de tornar a máquina mais dinâmica e prática acabou desencadeando uma busca quase que compulsiva por armazenar informação numa área cada vez menor. Quanto mais se aumentava a capacidade de memória do

computador, mais se exigia sua redução espacial, a ponto de desenvolverem-se micro disquetes com capacidades infinitamente superiores aos primeiros bancos de memória. Porém, esta procura por maior capacidade de armazenamento de informação em um espaço cada vez menor acabou sendo implodida pela própria ferocidade com que foi desenvolvida.

O que temos a partir da década de 90, com a propagação da Internet, não representa mais o objetivo que a Informática se impôs. Ao invés de possuir mais informação para conhecer e exercer mais poder, a área de memória ou de armazenamento se desintegrou. Hoje não possuímos mais a necessidade ou mesmo o interesse em armazenar informações. A dinâmica imposta pela Internet acionou uma nova busca e uma nova relação com a informação. O que passa a ser determinante é a rapidez ou velocidade de acesso à rede, que praticamente permite que as informações e interações vaguem por um hiper-espaço virtual.

Da busca de uma menor área de acúmulo de informações, passamos a ocupar um espaço virtual onde a consulta, a interação e a propagação de idéias abandona a concepção de velocidade para configurar-se na sensação de aceleração. Noção de espaço universalizante que, ao se expandir na plenitude, torna-se virtual. O

Conhecimento deixa de ser acumulativo para assumir a concepção de transdisciplinar.

As áreas de conhecimento não só tornam-se acessíveis a qualquer pessoa como assumem uma tendência de auto-comunicação. O pesquisador, o leitor ou até mesmo o simples curioso, passam a ter a possibilidade de interferir na informação que encontra à sua frente. Neste momento, a Internet permite ao “internauta”, além do acesso a informações, o direito de expressar-se na própria fonte geradora.

Aqui encontramos a contradição-condição, de uma mesma época. Falo em contradição-condição, por estabelecer uma dupla reação aparente do sujeito em seu espaço virtual. De um lado, temos a Internet, que lhe possibilita um contato-ação permanente e veloz e, de outro, o mundo virtual da tele-visão, instantâneo aprisionador do telespectador, que, ao mesmo tempo que navega, navega à deriva de uma não-relação: mero espectador de uma ação virtual e veloz daquilo que se denomina realidade.

Paul Virilio (1994) faz uma interessante aproximação da televisão com o Panopticon de Bentham, desenvolvido por Foucault (1986) em *Vigiar e Punir*. Ao comentar a atitude de instalar aparelhos de televisão nas celas de prisioneiros, Virilio comenta:

“A instalação recente de televisores nas celas de prisioneiros e não mais nas salas comuns já deveria ter nos alertado (...).

A partir de então, os detentos podem vigiar a atualidade, observar os acontecimentos televisivos, pelo menos inverter este princípio e mostrar que, a partir do momento em que os espectadores abrem seus receptores, são eles, prisioneiros ou não, que estão no campo da televisão, um campo sobre o qual não tem evidentemente nenhum poder de intervenção.

(VIRILIO, 1994, p.93)

Esta dupla relação do sujeito, ora internauta-ativo, ora telepassivo-espectador, embora contraditória à primeira vista, aproxima-se da relação temporal-espacial em que se encontra o sujeito, uma vez que o cenário em que esse se constitui é determinado pela predominância de uma realidade onde o virtual, assume a forma de real.

Jean Baudrillard (1997) argumenta quanto às relações do virtual com o real:

“Hoje não pensamos o virtual; somos pensados pelo virtual. Essa transparência inapreensível, que nos separa definitivamente do real, nos é tão inintigível quanto pode ser para a mosca o vidro contra o qual se bate sem compreender o que a separa do mundo exterior. Ela não pode nem sequer imaginar o que põe fim ao seu espaço. Assim não podemos nem imaginar o quanto o virtual já transformou, como que por antecipação, todas as representações que temos no mundo. Não podemos

imaginá-lo pois o virtual caracteriza-se por não somente eliminar a realidade, mas também a imaginação do real, do político, do social - não somente a realidade do tempo, mas a imaginação do passado e do futuro.”
(BAUDRILLARD, 1997, 71)

É, pois, esse “virtual-real” que, assumindo a condição de informatizador, estabelece em ambos os casos descritos acima (Internet e a televisão) a situação limite da não compreensão. Assim, a televisão, ao assumir a predominância pública do movimento, permite ao telespectador a visualização acelerada de uma realidade que lhe passa aos olhos com a estranha sensação de uma aproximação de anônimos. Televisão que, na sua infundável necessidade de velocidade, mais de imagens do que de sons, acaba por produzir, através da sucessão de cortes e retomadas de imagens, um processo crônico de desinformação.

Edgar Morin (1981) fala desse processo denominando-o de sobreinformação:

‘É surpreendente que se possa deplorar uma superabundância de informações. E contudo o excesso abafa a informação quando somos submetidos a vagas ininterruptas de acontecimentos sobre os quais é impossível meditar porque são imediatamente afastados por outros acontecimentos. Assim, em vez de vermos e distinguirmos os contornos e as arestas do que suscita os fenômenos, somos como cegos no meio de uma nuvem informacional.’
(MORIN, 1981, p.20)

Contudo, se, de um lado, temos a sobreinformação, que assume uma forma de censura ao sobrepor informações e com isso não permitir que se as pense ou mesmo se as registre, por outro, a imprensa também pode acionar instrumentos profundamente anti-democráticos frente à realidade.

Para Paul Virilio (1996), os meios de comunicação em massa, que ele denomina, de meios de comunicação industrial, acabaram se tornando agentes anti-democráticos. Contrário a quase natural associação de liberdade de imprensa com a democracia, Virilio afirma que a mídia institui um duplo processo: o da verdade e o da omissão. Se de um lado, a imprensa se impõe numa constante auto-vigilância no referente a dizer sempre a verdade, ponto forte de sua credibilidade, de outro, desenvolve um instrumento bastante eficiente de proteção: a omissão.

Dizer a verdade sempre, mesmo resultando em uma grande punição. Credibilidade e castigo, duas relações fundantes para a concepção da imprensa. Assim, a confissão pública da repórter e cronista, Patricia Smith, do “Boston Globe”, que assumiu que inventava depoimentos para suas colunas, custou-lhe não só um rendoso emprego,

como gerou um amplo debate sobre a relação verdade e fato no jornalismo americano.

A reportagem de Contardo Calligaris, publicada no “Caderno Mais!” da Folha de São Paulo⁵, em agosto de 1998, mostra o seguinte:

“Há quase quatro anos eu lia com prazer e regularidade as colunas de Patricia Smith no ‘Boston Globe’. Saíam duas vezes por semana no caderno ‘Metro/Region’ de notícias. (...) Minha preferência era para as colunas nas quais Smith tomava, por assim dizer, a temperatura das ruas da cidade a propósito de um fato de crônica.(...) Em abril deste ano, as colunas de Smith foram finalistas do Prêmio Pulitzer na categoria de comentário. Mas acontece que, logo nesta época, editores do jornal começaram a achar que os encontros e diálogos que faziam o sabor de algumas colunas eram perfeitos de mais. Segundo a praxe editorial, tentaram verificar a existência das pessoas que eram nomeadas e citadas. Acabaram com seis nomes que ninguém conseguia localizar em lista nenhuma. Pediram portanto que Smith documentasse a existência destas pessoas. Smith confessou que, das seis, quatro eram uma fabricação.

Com isso, foi obrigada a se demitir e se separou do jornal com uma última coluna, na qual admitiu: ‘É um dos pecados capitais do jornalismo: Não fabricarás. Sem exceções. Sem desculpas’. E acrescentou: ‘Queria que minhas colunas fizessem forte impressão, que fossem faladas, que deixassem no leitor uma marca indelével... E pude maquiná-las para que assim fossem. Não aconteceu muitas vezes, mas aconteceu. Mesmo que tivesse acontecido só uma vez, seria demais’.

⁵ Folha de São Paulo, Caderno Mais! Publicado no dia 02/08/98. Autor: Contardo Calligaris. Título: A voz de cada um. P.11

Auto-confissão, exclusão e/ou banimento, posturas rígidas e alardeadas para que se possa manter a credibilidade de uma instituição que considera-se constituinte de uma relação quase que natural com a verdade e realidade.

Virilio, ao analisar esta relação de verdade – democracia e poder nos meios de comunicação, observa que, se a imprensa não pode arriscar-se a mentir ou ao menos inventar o acontecimento, desenvolve para si um eficiente mecanismo de proteção, ao omitir-se de divulgar qualquer crítica à sua constituição. Quando isso ocorre, a própria dinâmica da imprensa passa a não desenvolver de acontecimento. Portanto, ele deixa de apresentar interesse para os grandes centros de comunicação e de ser informação para seu público.

Segundo Virilio, esse processo de omissão leva os meios de comunicação industriais a constituírem-se como representantes de um “Quarto Poder”, estabelecendo características de censor e tornando-se, assim, uma instituição profundamente vinculada a relações totalitárias e antidemocráticas

Paul Virilio argumenta neste sentido que:

“Os meios de comunicação industriais se beneficiam de uma singular depravação das leis democráticas. Efetivamente, se a televisão e, por osmose, a imprensa,

não gozam, a priori, da liberdade de anunciar notícias falsas, nossa legislação lhes concede por outro lado o poder exorbitante de mentir por omissão, censurando e vetando aqueles que não lhes convém ou possam prejudicar seus interesses.

O quarto poder — e ainda é adequado chamá-lo assim — é portanto a única de nossas instituições capaz de funcionar fora de qualquer controle democrático eficaz, já que toda crítica independente dirigida contra ela, toda solução alternativa, permanecem desconhecidas do grande público porque não tem nenhuma chance de serem amplamente difundidas e, conseqüentemente, de atingirem este público”.

(VIRILIO, 1996, p.11)

Além dessa característica contraditória entre agente propulsor da democracia (liberdade de imprensa) e instituição auto-gestora da verdade, a imprensa vive nos tempos atuais uma outra contradição. Ainda que atrelados à figura do Quarto Poder, os meios de comunicação em massa não estão demonstrando uma independência de poder como era de se esperar nos sistemas que desprezam ou sufocam a oposição.

A grande concorrência das redes de comunicação estabeleceram um interessante contraste. A multiplicação e o desprendimento das relações espaciais, através dos satélites, que aparentemente aproximariam o mundo no instantâneo, ao invés de gerar a multi-informação, com cada veículo de comunicação assumindo características próprias, acabou gerando um processo de uniformização da informação.

A crescente concorrência levou os veículos de comunicação a estabelecerem uma uniformidade de programação. Em busca de audiência, programas multiplicam-se na igualdade. Um exemplo disto está na configuração dos tele-jornais.

O telespectador praticamente assiste a mesma coisa em qualquer lugar no mundo. As notícias formam grupos homogêneos nos quais a redação, o estilo e as imagens são praticamente as mesmas num jornal apresentado na Alemanha, Nova York ou Porto Alegre. As estratégias são reproduzidas na busca do público que teima desnecessariamente em mudar de canal de seu televisor em busca de algo novo.

Um forte exemplo desta desenfreada e homogênea procura pela audiência está na transformação do conteúdo da imprensa escrita.

Cada vez mais estes meios migram suas percepções da idéia de notícia investigativa para comentários cotidianos e da vida privada de celebridades. A saturação dessas tendência, nos últimos anos, está representada no artigo do psicanalista Contardo Calligaris publicado no Caderno Mais! da Folha de São Paulo⁶ em julho de 1998:

“...ora, nos anos 50, os jornalistas famosos eram repórteres. Naquela época, na Itália, eu mal começava a

⁶ Folha de São Paulo, Caderno Mais! Publicado em 12/07/98. Autor: Contaro Calligaris. Título: O vazio da informação. p.12

ler o 'Corriere della Sera', mas conhecia os nomes venerados dos repórteres Luigi Barzini e Idro Montanelli (este último naturalmente se transformou e colunista – o que é normal, pois reportagem não é para aposentadoria). Por que as coisas mudaram? Há duas ordens de razões classicamente evocadas.

Primeiro – comparadas com asopiniões, as indiscrições sobre as celebridades e as 'pesquisas' de costume - , as notícias são evidentemente mais caras.

A esta constatação econômica se acrescenta um fator técnico: aumentou vertiginosamente, sobretudo na última década, a rapidez de circulação das informações. A presença de um repórter não proporciona ao jornal uma vantagem cronológica significativa. E a vantagem qualitativa (o olhar diferente do repórter) se torna um luxo perigoso, pois o repórter que se der tempo da reflexão ou da investigação será batido pelas redações concorrentes, as quais, apesar de não terem repórter, são informadas quase em tempo real pelas agências de imprensa ou pela Internet.

Mas talvez haja uma terceira ordem de razões para esta mudança na imprensa, mais fundamental. O declínio das notícias poderia responder a uma mudança cultural. Os jornais estariam então simplesmente se adequando ao que seus leitores desejam.”

Caracterizam-se, assim, os meios de comunicação de massa como agentes que possuem a possibilidade de aproximar o planeta através da multiplicidade, produzindo discursos totalitários e homogêneos, onde conhecer-se através da mídia passa a ser um processo de ausência de diálogo e de multiplicidade de concepções.

Para Paul Virilio, os meios de comunicação industriais estão vivenciando um período de estrangulamento. A unidade defendida na

busca desenfreada de audiência está minando uma das características primordiais da humanidade, a comunicação. Telespectadores passivos, recebendo contínuas imagens idênticas, acabam por exigir uma nova percepção de verdade e acontecimento.

“Qual moral se não a do fim, da escatologia da comunicação social? Depois de trinta anos de desempenhos audiovisuais, o complexo informacional repousa sobre uma nova equação: um homem = um gueto. O rádio e a televisão só se dirigem à massa anônima que eles próprios contribuíram para formar, pântano social inextrincável no qual os atores sobrevivem tão bem quanto mal na solidão múltipla, marginais, divorciados, desempregados, membros de minorias étnicas, sexuais ou sanitárias, filhos de famílias monoparentais entregues a si próprios. Os mass media e suas ambições democráticas parecem ter chegado a um ponto de não-retorno, um limite de tolerância em que sua força específica se apaga em benefício de outros tipos de dependências, mais solitárias, mais próximas ao corpo ... Este é o caso das crianças dos guetos americanos, presas à droga, à pornografia e à morte e dizendo que a imprensa e a televisão são truques de velhos e de brancos.”
(VIRILIO, 1996, p.23)

Já, por sua vez, a Internet, embora embutida da concepção de interação, traz na explosão do espaço de informação, o ciber-espaço, a sensação de uma interminável rede de informação. Contudo, essa rede traz, para o internauta, a condição-sensação de um arqueólogo digital. Essa condição revela-se na cada vez mais dificultada possibilidade de

comunicação no referente a áreas temáticas. Assim como o arqueólogo, o internauta segue a intuição e a dedução para saber onde escavar e encontrar seu material arqueológico. As pistas e certezas, assim como para a Arqueologia, tornam-se cada vez mais complexas e distantes, tornando a mega-capacidade de se relacionar com a rede um esforço contínuo de escavação sobre terreno árido.

CAPÍTULO 3

Tempo e História:

Passado, Presente e o que é futuro?

“Qual seria o tipo de tempo secretado pela informatização?”

Pierre Levy

O questionamento de Pierre Levy (1993) fornece uma gama de possibilidades para se pensar o conceito de tempo dentro da constituição histórica cultural do homem. Ele sugere, por exemplo:

- que a concepção de tempo não possuiu ao longo da história o mesmo significado e, por isso, esteve sujeita a interpretações de acordo com a época em que foi vivenciado;

- que a significação da noção de tempo alcançou nos períodos históricos uma determinada predominância, estabelecendo assim, uma relação hegemônica frente a outras concepções;

- que as diversas formas hegemônicas que a concepção tempo assumiu nos respectivos períodos históricos esconderam ou sufocaram, no próprio período histórico, uma multiplicidade de relações de tempo possíveis e concomitantes;

- que a relação de tempo, ao contrário de caracterizar e formar o período histórico, é apenas um agente constituinte deste;

- que a predominância da concepção de tempo esteve sujeita à forma, à intensidade e, principalmente, a tipos de agentes com os quais se relacionou;

- que estamos vivenciando, com a informatização, a substituição de uma forma hegemônica de relação tempo por outra e, por isso, o indício da constituição de novo período histórico;

- que, sendo o tempo um agente “secretado” da informatização, encontra-se hoje na tecnologia e na informação uma forma predominante de relação;

- que a dinâmica estabelecida a partir da possibilidade da multiplicidade temporal da noção de tempo esteve atrelada a diversas possibilidades e intensidades de relações com outros agentes.

A partir dessas percepções iniciais, pude estabelecer algumas questões a perseguir sobre a noção de tempo dentro do advento da Era Informacional:

- Quais os agentes que influenciaram a mudança da noção de tempo ao longo da sucessão de períodos históricos?

- Qual a noção de tempo que começa a assumir predominância a partir da “Era Informacional”? Quais são suas características?

- Quais os agentes e qual a intensidade de relações que estes assumem dentro da “Era Informacional” com a noção de tempo que torna-se predominante? Como se manifestam?

- Que tipo de relações se estabelece entre a noção de tempo predominante e suas múltiplas manifestações?

- Quais as condições que mostraram a mudança na predominância da noção de tempo na “Era Informacional”? De que maneiras elas se manifestam?

O tempo na Era Informacional

“...a velocidade dilata o tempo no próprio instante que contrai o espaço.”

Paul Virilio

Buscando na história as noções predominantes de tempo e os agentes que se relacionaram com esta percepção, pude estabelecer duas formas de relações que serão divididas didaticamente, mas que na realidade se apresentam fundidas:

Primeira: O tempo, historicamente, sempre esteve atrelado à noção de espaço. *“La historicidad es el tiempo y el espacio.”*¹ A história sempre carregou estes dois conceitos juntos, e eles sempre estabeleceram uma relação de equilíbrio um em relação ao outro.

¹ HELLER, 1980, p.80

Segunda: Ao acionar a velocidade, que sempre caminhou com o avanço tecnológico, deu-se ignição para o processo de distanciamento das noções de tempo e espaço.

Através dessas duas relações, podemos perceber que o tempo sempre esteve ligado ao espaço, e, na medida que o primeiro acelerava, o segundo perdia as dimensões assustadoras. Mas quais seriam as representações do tempo e do espaço no decorrer da história?

Dentro dessas relações, as transformações que a noção de tempo e espaço (aparentes e efetivas) sofreram, passaram a ser de interesse fundamental para este estudo. Principalmente no que se refere à questão da substituição de um modelo de relação de tempo-espaço por outro. Minha preocupação reside em tentar perceber de que maneira uma relação de predominância alcança sua saturação e se vê sufocada pela resistência, criando assim a necessidade de uma nova formação. Assim, surge as questões:

- Quais as condições e instrumentos que levam conceitos e noções de tempo-espaço a transformarem-se e assumirem novas formas e intensidades?

- De que maneira essas transformações afetam a historicidade dos sujeitos e suas relações sociais?

Partindo de meu objetivo, buscar os instrumentais constitutivos do sujeito contemporâneo a partir da “Era Informacional”, sinto a necessidade de verificar em diversos períodos históricos e em diversas escolas teóricas as percepções de como se deu a formação de predominância das relações de tempo-espço ao longo da história (suas características e influências), assim como os processos de transição entre uma concepção e outra, priorizando as amarras conjunturais que favoreceram essas transformações, sejam elas a nível de rupturas, sejam elas a nível de lentas mutações.

Nesta busca do tempo-espço na história, ou melhor, a história do tempo-espço, busco auxílio nos estudos de Pierre Levy, Robert Harvey, Boaventura de Sousa Santos, Ilya Prigogine e Paul Virilio. Autores de diferentes escolas mas que possuem a preocupação em trabalhar as noções de tempo-espço ao longo da história. Desta multiplicidade, busco os agentes de análise e transformações para, através deles, poder estabelecer meus próprios instrumentos de trabalho. Não estarei, portanto, definindo-me ou rotulando-me por uma escola, mas visitando-

as para através de seus autores poder retirar as ferramentas para perseguir meu objetivo.

O TEMPO-ESPAÇO NA HISTÓRIA

ou

A história do tempo-espaço

Pierre Levy (1993) percebe três predominâncias de tempo na história. Predominâncias que encontram em dois agentes fundantes suas constituições, aparências, influências e significados: a linguagem e a técnica. Partindo da inquietante interrogação: *“Como e por que diferentes tecnologias intelectuais geram estilos de pensamentos distintos?”*², Levy constrói os três pólos do espírito do tempo:

Pólo da Oralidade Primária;

Pólo de Escrita (História);

² LEVY, 1993, p.77

TEMPO CIRCULAR: Oralidade Primária

O período da Oralidade Primária remete ao papel da palavra antes da escrita. Para Levy, palavra sem escrita tem, como principal função, a gestão da memória. Forma de comunicação que permite, através da produção da noção de tempo, resguardar e transmitir experiências e técnicas. Como se dá essa transmissão dentro do tempo da Oralidade? Ela se dá por intermédio da imagem do círculo, através do “*incessante movimento de recomeço, de reiteração de ritos e mitos*”³ que encontram, na Oralidade, sua condição de quase materialização. Repetir e transmitir mitos e ritos significa materializá-los no tempo e através dele, significa um contínuo começar/recontar. As narrativas que caminham ao sabor dos ciclos/círculos de sazonalidade escondem, na Oralidade, as lentas e imperceptíveis transformações da técnica e da sobrevivência. Para Levy, a Oralidade, embora possua a narrativa fixa do eterno recomeço, não

encontra, por falta da escrita um ponto fixo, o que permite por sua vez “*se altera ao sabor das circunstâncias*”⁴. Temos, portanto, através do “eterno retorno” (círculo) a possibilidade de transmitir e transformar ao critério da necessidade, sem ao menos estabelecer os parâmetros de tais transformações. A Oralidade é o tempo da memória, memória orgânica que possui, no ato do recontar, a única alternativa de transmitir algo que já foi e que, espera-se, venha a ser novamente. Sendo assim, “*o tempo da Oralidade é também o devir, um devir sem marcas e vestígios.*”⁵

PÓLO DA ESCRITA: O tempo em linha

A Revolução Neolítica trouxe consigo a necessidade de se estabelecer uma transformação significativa na noção do tempo. A partir da invenção da agricultura, o tempo passa a significar sobrevivência. Se, no Paleolítico, a sazonalidade significa a volta ou círculo para a caça e a coleta, na agricultura, representa precisão (técnica). A transmissão da

³ Ibidem, p.83

⁴ Ibidem, p.84

⁵ Ibidem, p.83

técnica e o controle preciso do tempo são uma exigência. Com a utilização da agricultura, a necessidade de “*organização pensada do tempo delimitado*”⁶ (precisão das etapas agrícolas) faz a diferença entre a sobrevivência e a morte. Na caça e na coleta obtém-se o alimento (ele existe ou não), e a sobrevivência depende muito mais da escolha do espaço. Na agricultura, o espaço e o tempo exigem precisão, controle e informação. A espera pelo plantio, a espera pela colheita.

A escrita surge a partir de uma exigência da agricultura. Controlar, registrar e calcular a produção. Estipular e concretizar riquezas, poderes e saberes. Através da escrita, registra-se ou cria-se um referencial fixo de “evolução”. Através da escrita congela-se ritos e mitos (conhecimentos), e por isso torna-se rapidamente um importante aliado do poder e da soberania. Controla e configura o passado, criando, assim, uma noção de futuro. Rompe-se pela figura da linha (passado-futuro) a circularidade da Oralidade. Através da escrita se tem os grandes domínios, pois ela serve para estabelecer uma relação definitiva entre o tempo e o espaço, pois:

⁶Ibidem, p.83

“através da escrita, o poder estatal comanda tanto os signos quanto os homens, fixando-os em função, designando-os para um território, ordenando-os sobre uma superfície unificada.”
(LEVY, 1993, p.88)

A escrita inova a narrativa pois permite, ao contrário da Oralidade, separar o discurso das circunstâncias particulares em que foram criados. Isto estabelece a possibilidade do exercício da interpretação. Enquanto a Oralidade adaptava-se às circunstâncias, a *“civilização da escrita acrescenta novas interpretações aos textos, empurrando diante de si uma massa de escrita cada vez mais imponente.”*⁷

PÓLO INFORMÁTICO-MEDIÁTICO: o tempo segmentado

A partir da questão levantada por Pierre Levy (*Qual seria o tipo de tempo secretado pela informática?*), poderíamos afirmar que se a escrita trouxe a linearidade através da construção das noções de passado-futuro, a informática trouxe a predominância da noção de “tempo real”. P. Levy

⁷ Ibidem.p.90

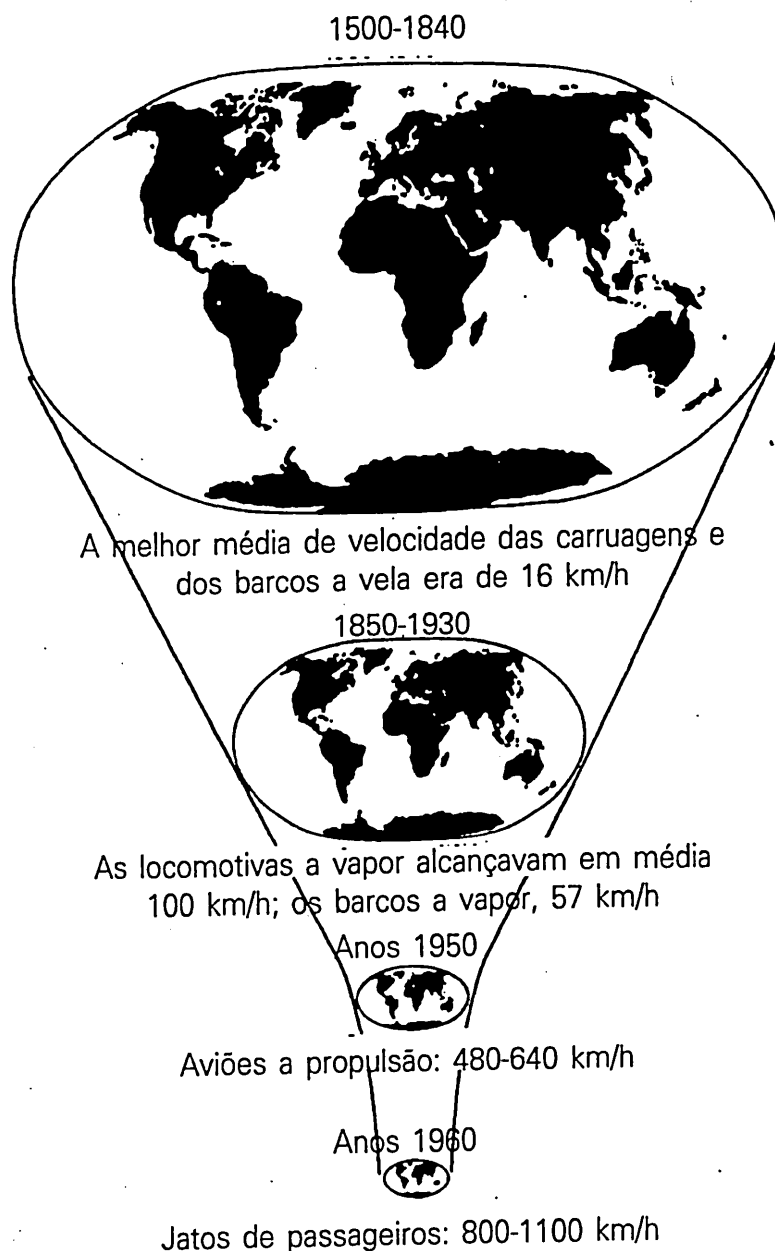
destaca que os bancos de dados atuais possuem 2/3 dos dados armazenados com informações econômicas e financeiras⁸, estabelecendo assim, um ponto estratégico de dominação (acesso) e instantaneidade tempo real, uma vez que são carregados e substituídos constantemente. Essa característica faz da informática um “conjunto de saber” de utilização permanente, no qual o acesso e imediatismo garantem a renovação. Neste sentido, a relação linear da história (escrita) passa a ser caracterizada pela pontuação, pela instantaneidade, pois:

“ a maior parte dos bancos de dados são antes espelhos do que memórias, espelhos os mais fiéis possíveis do estado atual de uma especialidade ou de um mercado. ”
(LEVY, 1993, p.115.)

⁸ Ibidem.p.115

TEMPO-ESPAÇO: A velocidade na história

Robert Harvey (1993) traça um interessante paralelo entre o tamanho do globo e a relação entre aumento de velocidade e de tecnologia, como podemos ver no gráfico abaixo:



Por intermédio dos avanços tecnológicos de conhecimento e velocidade, Harvey estabelece cinco períodos de transformação e alteração nas relações entre tempo e espaço a partir da história do Capitalismo: Feudalismo, Renascença, Iluminismo, Modernismo e Pós-Modernismo. Através do estudo de Harvey, sobre o modelo evolutivo das noções de tempo, podemos perceber que nem sempre a transformação de um período para outro carregou, como poderia parecer inicialmente, rupturas ou descontinuidades dentro da maneira de conceber o tempo e o espaço. Sendo assim, mesmo que os períodos estudados possam ter características tradicionalmente opostas no referente à economia, política e organização social, eles carregam em grande parte noções semelhantes de tempo e espaço, sendo diferenciadas apenas pela intensidade das relações e de sua utilização.

Períodos aparentemente opostos como a modernidade e a pós-modernidade carregam em grande parte os mesmos preceitos e relações tempo e espaço entre ambos, mesmo que o discurso e a teoria possam exaustivamente parecerem opostos.

Feudalismo: Tempo permanente.

Os aspectos políticos e econômicos das estruturas feudais sempre foram caracterizados por uma certa autonomia e auto-subsistência. As unidades políticas dos feudos praticamente garantiam sua própria sobrevivência, sendo a proteção, a manutenção e a ordem, preocupações internas de cada feudo. A Terra (o espaço), ou melhor, a propriedade da terra tornava-se, dentro dessa relativa autonomia, a fonte de riqueza e poder. O espaço externo ao feudo (“mundo externo”) revelava-se um espaço sem muito interesse, pois refletia apenas as estruturas que, através de um intrincado sistema de sucessão de propriedade, davam a relativa sensação de eternidade. Se toda a riqueza e a sobrevivência vinham da terra, esta refletiria uma gama de obrigações e direitos econômicos e políticos. A dinâmica espacial do feudalismo leva-nos a pensar o caráter eterno do tempo, uma vez que:

“As qualidades centradas finitas do lugar (um território intrincado de interdependência, obrigação, vigilância e controle) equivaliam a rotinas de vida cotidiana honradas pelo tempo estabelecidas na infinidade e inapreensibilidade do tempo permanente.”
(HARVEY, 1993, p. 220)

Assim temos, dentro das condições europeias do feudalismo, a constatação que a noção predominante da relação tempo-espaço era representada pela afirmativa: Espaço limitado, Tempo perpétuo.

Renascença: O globo finito

A longa e grande transformação advinda da renascença acarretou a obrigatória rearticulação das noções de tempo e espaço. Os avanços tecnológicos oriundos das expansões ultramarinas, a descoberta ou comprovação da circularidade do globo trouxeram para a noção de

tempo e espaço um novo caráter. O mundo (globo) era finito e, por isso, conquistável e explorável. O domínio das distâncias e o tempo de ligação entre mundos e culturas passam a ser posições estratégicas fundamentais. O choque constante entre os interesses das grandes nações mercantilistas com a possibilidade de outras estruturas culturais permitiu que se desenvolvesse em escala europeia a noção da diferença. Do tempo permanente ligado ao espaço limitado feudal, passamos para a noção de tempo ligado à velocidade e à técnica, sendo o espaço uma noção de conquista e transformação.

O comércio passa a representar a autonomia e a segurança. A velocidade e a posse de novas relações espaciais caracterizam novas relações de poder. A política molda-se a essa realidade: fixam-se posições de interesse para enfrentar militarmente ou juridicamente o contato exclusivo com o novo mundo. A representação de um globo finito não só passou a ser possível como tornou-se o principal instrumento de manipulação e de poder. Saber e compreender a finitude do espaço, através de uma concepção de velocidade do tempo, representaria levar as diferenças de um saber/poder às estratégias da política e da economia.

Iluminismo : visão totalizante do Globo

Segundo Harvey (1993), os iluministas também queriam dominar o mundo, de certa forma segundo as mesmas concepções dos Renascentistas. Contudo a descoberta e demarcação do novo mundo ou de um globo finito necessitava agora de uma organização mais sistemática e matemática. Mapas, terras, produções e comércio, encontravam no ideal burguês do Iluminismo a crescente necessidade de organização. Essa necessidade se constituía a partir do conhecimento e da possibilidade do múltiplo. Multiplicidade de povos e culturas que não estavam “preparados” para o jogo de dominação capitalista a nível de produção, comercialização e exploração. Havia a necessidade de reconhecer o “outro” através do espaço (mapas) e de organizá-los através do tempo (cronômetros).

Na concepção de Harvey, os Iluministas nada mais fizeram do que criar um instrumental, baseado na cientificidade, para organizar e administrar a concepção tempo-espaço renascentista. Contudo, o grande problema surgido no Iluminismo, e que de certa forma nos acompanha

até hoje, é a questão de como reconhecer o “outro” dentro de um modelo mundial de organização. Reconheceu-se a diferença, ao mesmo tempo que se tentou criar um modelo uniforme e mundializado.

“O problema do Iluminismo não estava na carência de um conceito do “outro”, mas no fato de perceber o “outro” como tendo necessariamente um “lugar específico” numa ordem espacial concebida, do ponto de vista etnocêntrico, como tendo qualidades homogêneas e absolutas”
(HARVEY, 1993, p.115.)

Modernismo: A multiplicidade de espaços

A concepção de tempo-espaço trazida pelo modernismo em parte não se diferenciava muito da Iluminista. A visão da organização do globo era peça fundamental para o ideal burguês. A relação do espaço e do tempo passava através do controle, uma forte tendência de resistência às constantes ameaças que ainda persistiam do “tempo permanente” das sociedades tradicionais. A grande variação da noção de tempo-espaço do

modernismo para o Iluminismo baseava-se nas condições que cercavam a grande crise inglesa de produção (1846-48). Essa crise, que gerou uma forte necessidade de reorganização econômica, trouxe consigo as primeiras manifestações operárias significativas na Europa. A crise, gerada internamente por condições precárias de trabalho e por uma total falta de administração, levou a noção de tempo/espaço do modernismo a considerar e a conviver com um espaço múltiplo, relativo a mudanças, um espaço aritmeticamente distribuído (Iluminista) e, portanto, seguro à um espaço caracterizado pela insegurança da mudança.

A idéia do espaço totalizante é revelada através da crise e da aproximação; o múltiplo e as diferenças, colocaram o modernismo dentro de uma posição totalmente ambivalente: O espaço-tempo enquanto unidade, o espaço-tempo enquanto diferença.

Harvey comenta esta posição:

*“O modernismo, visto como o todo, explorou numa variedade de maneiras a dialética de lugar X espaço, presente X passado. Celebrando a universalidade e a queda de barreiras espaciais, ele também explorou novos sentidos do espaço e do lugar de formas que reforçaram tacitamente a identidade local.
(HARVEY, 1993, p265)*

A relativa aproximação de espaço criou um sentido de unidade, pois aproximou culturas antes separadas pela distância. Contudo, a aproximação com o “outro” fez revelar a necessidade da diferença. Questões locais, culturais, religiosas e econômicas passam a disputar uma relativa autonomia frente à unidade. Deseja-se, principalmente pela tradição, manter erguido as características espaço-tempo em que se constituíram. A localidade X unidade revela-se ao longo do Modernismo como sendo a contribuição constituinte de uma noção de tempo e espaço onde conhecer e ter acesso significaria não necessariamente perder as amarras fundantes da territorialidade e da historicidade. Pertencer a uma engrenagem constituída pela unidade sem estabelecer a uniformidade.

*“O modernismo nunca pode acertar adequadamente suas contas com o paroquialismo e o nacionalismo.”
(HARVEY, 1993, p.250)*

Contudo, qual foi o projeto histórico constituído dentro de Modernismo? As contribuições renascentista (conhecimento de um “globo finito”) e iluminista (necessidade de organizá-lo) levaram o Modernismo a traçar uma noção de que o espaço deve servir ao homem e a tecnologia é o instrumento eficaz para isso. Porém, a utilização do

espaço, como tem se mostrado nas últimas décadas do nosso século, exigiu uma organização (re-organização) da maneira de enfrentar e explorar o espaço.

A questão ecológica, e com ela a noção da diferença, trouxe questões interessantes para demonstrar as contradições da relação Modernismo com o espaço. A utilização desenfreada das condições naturais em detrimento de uma subserviência do espaço em relação às necessidades humanas demonstrou a precariedade da destruição. Assim como o “globo” mostrou-se finito, os recursos naturais revelaram-se muito mais sensíveis, pois bastou cinquenta anos de exploração desenfreada para perceber-se a intrincada rede de relações de que o ecossistema é composto. Florestas, mares, fauna e solo vivem na natureza dentro de uma relação harmoniosa, onde o construir-destruir humano afetou esta condição. Recursos finitos, reavaliação das estruturas racionais de organização do globo: projeto iluminista levado ao extremo da mundialização pelo Modernismo.

Contudo, organizar/reorganizar a ocupação e exploração do espaço significa entrar em choque com a unidade da diferença modernista. Estabelece-se a incômoda posição de se discutir uma solução racional para problemas que, até então, eram questões voltadas à constituição de

uma soberania nacional e hegemonia cultural. Um exemplo deste enclave está relacionado à questão da Floresta Equatorial Amazônica. Sua contribuição à harmonia do globo foi exaustivamente estudada, difundida e organizada. Destes estudos, percebeu-se e destacou-se principalmente suas influências no sistema climático mundial, chegando a ser uma das principais interferências no aquecimento da “corrente do golfo” que, por sua vez, é responsável pela amenização climática do norte da Europa, o que torna a habitação desta região possível.⁹ Ao mesmo tempo que a região da Floresta é parte integrante dessas condições climáticas, ela possui um grande depósito de recursos minerais e vegetais. É um ponto estratégico para a manutenção da ordem energética e da política econômica do globo, principalmente como fonte de riqueza e poder para os países que estão na região compreendida pela floresta.

O saber ecológico gerado no modernismo atrelado à necessidade de organização do espaço levou, como já disse, ao encontro de duas percepções contraditórias e fundantes do modernismo: localidade / universalidade. Se transpormos essas questões para a Floresta

⁹ Se compararmos as regiões da América do Norte e Ásia a mesma latitude dos países nórdicos europeus, podemos perceber mais nitidamente as influências da corrente do golfo no processo de aquecimento climática europeu. Na mesma latitude, só que sem sofrer as influências da corrente do golfo, do lado americano, encontramos as geleiras do Canadá, na grande maioria inabitadas. Já no lado asiático, a região Siberiana, também caracterizada como uma região com os índices de população mais baixos do planeta.

Amazônica, percebemos que a questão/contradição se revela na concepção da “Soberania dos Estados” na área compreendida pela floresta. Sendo o Saber Ecológico uma questão global, a floresta deve ser preservada a qualquer custo, passando a caracterizar-se como uma questão universalista. Segundo os países que compõem a Bacia Amazônica, a soberania e a cultura local devem ser respeitadas, cabendo a eles estipular o melhor critério de manutenção e exploração da floresta.

Localidade X Universalidade

Espaço - Saber Ecológico X Espaço - Recurso - Exploração

Duas relações que arrastam consigo as mesmas possibilidades, pois, como confirmou-se ao longo do século XX, não basta estar presente no globo finito, tem-se que estabelecer instrumentos de dominação e organização sobre ele (soberania X saber ecológico). Portanto, a dicotomia da localidade X universalidade pode atingir instâncias globais.

Boaventura Santos (1997) estabelece que os problemas gerados pelo modernismo revelaram-se, principalmente após ao término da Guerra Fria, como sendo uma condição de disparidades entre paralelos. A diferença e o choque de interesses entre os países do paralelo Norte onde as precariedades dos países do paralelo Sul trazem à tona as dificuldades de se estabelecer a nível político (soberania) e econômico - tecnológico uma harmonia universalista no globo. As diferenças se fazem sentir dentro de situações conjunturais e fundantes, uma vez que os avanços tecnológicos dos países da fatia norte estão dentro de possibilidades técnico - científicas inviabilizados nas sociedades do sul.

Quanto a esta disparidade, Boaventura a denomina de relação espaço - tempo mundial, ou seja, são as relações espaço-tempo das relações sociais entre Estado-Nação no interior da economia mundial.

Se, de um lado, a queda do Muro de Berlim iniciou a derrocada das concepções socialistas burocratizadas do Leste europeu, de outro, o modelo capitalista vigente não se mostrou eficiente para estabelecer e responder às necessidades sociais geradas dentro do próprio modelo.

O espaço-tempo das relações sociais, segundo Boaventura apresenta problemas fundantes dada a dicotomia Norte-Sul.

São eles:

Explosão demográfica;

Globalização da economia;

Degradação ambiental.

Boaventura afirma que, a partir desses aspectos, as diferenças existentes entre Norte-Sul revelam-se de forma contundente e contraditória. Se, de um lado as questões de demografia, globalização e degradação ambiental apresentam-se de forma universal, de outro as relações tempo-espaço sociais são crônicas nos países do sul, apesar da

obrigatoriedade de um modelo econômico que apresenta-se inquestionavelmente globalizante. Se considerarmos a questão do crescimento demográfico, a contradição se faz de forma latente. Trata-se, assim, nos países do Hemisfério Sul, de um problema de adequação e acompanhamento de ritmo produtivo e de avanços sociais.

Boaventura, ao analisar as condições e as respostas subsequentes a teoria dos Rendimentos Decrescentes de Malthus, estabelece um curioso critério de contemporaneidade a Malthus. Analisando as condições de resposta do modelo capitalista europeu às crises de produção e emprego geradas ao longo dos séculos XVIII e XIX, podemos perceber, no caso europeu, que;

1. ocorreu uma emigração maciça de ingleses e europeus em geral;
2. houve um aumento significativo da produtividade da terra com a revolução agrícola;
3. houve um aumento de trabalho com a revolução industrial.

Se as condições da grande crise do modelo econômico encontraram essas soluções nos países europeus ao longo dos últimos três séculos, os países

do Hemisfério Sul enfrentam a impossibilidade de respostas tão emergentes, uma vez que:

1. há a inviabilidade (barreiras - protecionismo - racismo e xenofobia) de emigrações do sul para o norte em grande escala;
2. explosão demográfica e a explosão tecnológica revelam-se hoje em locais diferentes, agravando a relação desemprego e controle tecnológico.

Somente com o aumento da produtividade da terra é possível, segundo Boaventura, para os países do Sul. Mesmo assim, para isso, precisam fazer a reforma agrária e resolver os problemas das aristocracias rurais arraigadas na política e economia.

Destas intervenções da Boaventura Santos sobre uma “re-leitura Malthusiana” da economia atual, podemos inferir a distância existente entre dois mundos com relações de tempo-espço inteiramente distintas, sendo, por isso, obrigados a resolver os problemas através de um quadro quase que irreversível de domínio tecnológico e de globalização econômica. Sendo assim, qualquer tentativa de generalização ou adesão às transformações que esta Nova Era possa revelar em termos de

possibilidade de um equilíbrio ou harmonia em escala global, terá evidentemente que estabelecer parâmetros de igualdade entre as nações que vivem hoje uma distinção quase completa relação na de tempo-espço baseada na dominação e exploração.

Ao mesmo tempo que o modelo universalista globalizante da economia gera domínio e relações de força, as desigualdades, provocadas pelo jogo de interesses, levam as questões sociais e políticas a uma condição de fragilidade e tensão. Gera-se, assim reações totalmente contrárias aos preceitos globalizantes dos países tecnologicamente dominantes, uma vez que os enclaves locais exigem, para a manutenção da superioridade produtiva, alternativas de controle que vão do total fechamento de fronteiras (renascimento de movimentos nacionalistas, racistas e nazistas), de que é exemplo as questões argelina e mexicana, como também necessitam, contraditoriamente, da abertura das barreiras alfandegárias nos países produtores de matéria prima (modelo Neo-Liberal).

Pós Modernismo: a Aceleração do Tempo

Para Harvey (1996), a questão fundante dentro da história do capitalismo que aciona a passagem das noções de tempo-espaço do modernismo para o Pós-Modernismo situa-se nas condições que levaram a substituição do Fordismo pela acumulação flexível de capital. Estas transformações deram-se, segundo o autor, através da necessidade de se implantar novas formas de organização do espaço e novas tecnologias de produção, e foram geradas pela “desintegração vertical” fruto de características existentes dentro das próprias necessidades internas do modelo econômico do Fordismo.

Subcontratação, transferência de sede, entregas “just-in-time”, reprodução nos tempos de giro de produção foi reflexos da adequação da produção às novas exigências de consumo. Consumo ditado pela mobilização da moda em mercados de massa e, principalmente, pela passagem do consumo de bens para o consumo de serviços.

Mas, quais as conseqüências da aceleração dos tempos de giro do capital?

Harvey aponta para as seguintes características:

- volatilidade e efermidade de modos de produção;
- transformação da idéia de informação para a concepção de manipulação dos desejos.
- imagens que se tornam mercadorias, produto de signos.

Temos, assim um tempo revelado na velocidade. Mas, quais serão as características dessa relação tempo-espaco e velocidade na Pós-Modernidade?

Velocidade que, segundo Paul Virilio, apresenta-se como:

“Criação e queda do tempo, o dia ordena e rege a elasticidade da duração; não apenas a do dia, da semana, do mês, do ano, mas a da relatividade que nunca deixou de acompanhar a inteligência do tempo, tempo dos místicos, dos políticos, de que a história, a filosofia e a física conservaram a marca, até às recentes teorias da relatividade restrita, e depois geral, que desembocarão na crise do absolutismo temporal e espacial, na explosão de uma infinidade de - tempos locais - induzidos pela constante da velocidade da luz; luz da velocidade que ilumina doravante de um modo novo a extensão e a duração, pois aparece provado que a velocidade dilata o tempo no próprio instante em que contrai o espaço”
(VIRILIO, 1993, p.61)

A velocidade do tempo aproxima e revela uma nova realidade: a realidade daquilo que aparenta ser. Esta condição afeta diretamente a

noção de espaço, pois, com o advento da imagem instantânea, a sua conquista passa a ser uma preocupação meramente virtual. As distâncias, os relevos, os desertos, ao contrário de exigirem deslocamentos e estratégias militares de dominação, passam a conceber uma realidade que não se tem, que não se detém, onde o ato de possuir revela-se na estratégia de comunicação e na utilização cada vez mais acelerada da tecnologia.

Paul Virilio argumenta sobre esta desmaterialização da noção do espaço da seguinte forma:

“O antigo duelo entre cidades, a guerra entre nações, o conflito permanente entre impérios marítimos e as potências continentais, tudo isto desaparece subitamente cedendo lugar a uma oposição inaudita: a colocação em contato de todas as localidades, de toda a matéria. A massa planetária fica sendo apenas uma “massa crítica”, um precipitado resultante da extrema redução do tempo de relação, temível fricção de lugares e elementos ontem ainda distintos e separados pelo tampão repentinamente anacrônico das distâncias” (...) “Se a velocidade aparece então como recaída essencial dos estilos de conflitos e de conflagrações, a atual “corrida armamentista” efetivamente não passa “do armamento da corrida”, tendo o fim do mundo como distância, como campo de ação”.
(VIRILIO, 1996, p.125)

A tecnologia toma, então, velocidade como forma de constituição, uma vez que, como observa Antoine Picon (1996), o impacto social da

técnica reside na própria concepção dos problemas, já que onde a exigência de construção e elaboração de conhecimentos cada vez mais heterogêneos acabam por provocar, no nosso século, a constituição de um novo pensamento técnico.

O novo pensamento técnico que dissocia a imagem da produção de conhecimento, restrita antes aos intelectuais. A técnica dentro dessa concepção de complexidade acaba por exercer um papel predominante no próprio processo de construção de conhecimento, visão esta defendida por Abraham Moles quando afirma:

“ A técnica cria, assim, novas situações, gerando novos problemas, que vamos pedir aos filósofos que resolvam ”.
(Moles, 1996, p.67)

Tempo, espaço, passado, futuro, fragmentos históricos que o século XX substitui por velocidade, virtual, intensidade e tecnologia. Categorias que carregam consigo a noção do novo não dinamizado pela experiência, progresso e futuro, mas constituído pela incerteza. Incerteza de estar, de realidade, e de tempo.

Paul Virilio (1993) questiona:

“Como viver verdadeiramente se o aqui não é mais e se tudo é agora? Como sobreviver amanhã à fusão: confusão instantânea de uma realidade que se tornou ubiqüitária se decompondo em dois tempos igualmente reais: o tempo da presença aqui e agora e aquele de uma telepresença à distância, para além do horizonte das aparências sensíveis?

Como administrar racionalmente o desdobramento não somente das realidades atual e virtual, mas ainda do horizonte aparente que baliza o limite de percepção de minha atividade cotidiana e do horizonte trans-aparente de uma tela que subitamente entreabre uma espécie de janela temporal para alhures e, freqüentemente, muito longe?
(VIRILIO,1993,p.103)

CAPÍTULO 4

Educando na Era Informacional

A relação entre educação e a era informacional pode ser compreendida dentro das possibilidades desenvolvidas a partir das novas relações apresentadas de predominância do novo, do múltiplo, e do híbrido. Assim como é inconcebível pensar atualmente em educação sem referir-se à velocidade de informação, superinformação, comunicação instantânea, Internet e realidade virtual.

Ao observarmos essas transformações contemporâneas trazemos à tona novas possibilidades de desenvolvermos a relação informação – educação. Para isso, passo a estabelecer algumas características predominantes levantadas ao longo do trabalho que acredito estarem não só contribuindo para o processo de aprendizagem, mas como de fato estão estabelecendo novas relações dos sujeitos contemporâneos com a produção de saber.

Trabalho e educação: novas exigências

Observamos que, na medida em que a técnica alcançou um caráter quase instantâneo de renovação, passou-se a compreender que cada vez mais a atualização está ligada à prática do trabalho. Portanto nunca estivemos tão próximos da relação entre trabalho e educação. Essa proximidade deve-se predominantemente às exigências provocadas pela reformulação tecnológica. Cada vez mais estamos na impossibilidade de compreender uma relação de trabalho como algo constante ou permanente. A antiga “oficina de ofícios” deixou na história suas marcas, mas demonstrou-se totalmente ineficaz nos tempos atuais. Essa inadequação está baseada na velocidade com que as reformulações tecnológicas se impuseram. Cada vez mais o aperfeiçoamento estabelece suas exigências, constituindo, dentro destas novas características, novos perfis nas relações de trabalho.

Ao preparar-se para uma profissão, o sujeito contemporâneo já adquiriu a certeza de que raramente esta profissão existirá quando este

alcançar a idade de aposentadoria. Neste ritmo frenético de transformações, a educação permanente assume um sentido vital. O sujeito deve não apenas acompanhar as transformações tecnológicas, mas principalmente estar atualizado para as transformações profissionais que estas impõem ao mundo do trabalho. Observa-se, contudo, que essas transformações certamente sempre foram características da história, e a dificuldade em encontrar profissões que cristalizaram-se ao longo do tempo será um exercício vão. Porém, como já demonstrei, a técnica não está mais ditando transformações lentas e, principalmente, gradativas, mas definindo a velocidade por saltos e pela aceleração.

A velha relação do mestre de ofício com o seu aprendiz, que lentamente lhe revela os segredos da profissão, está enterrada pela própria prática imposta pelas transformações. Os segredos e mistérios profissionais deixam de serem conquistados e difundidos pela experiência para serem substituídos pela constante e instantânea atualização.

Ao ser inaugurada a época das escolas profissionais, que visavam preparar o trabalhador para a constante mecanização das fábricas, percebeu-se rapidamente suas inadequações para as exigências da produção.

Paul Willis (1991), ao desenvolver sua pesquisa em escolas profissionais na Inglaterra durante a década de setenta, mostra que o processo de aprendizagem imposto por estas escolas, ao invés de formar trabalhadores especializados em técnicas profissionais, acabava por se preocupar em apenas atingir uma certa disciplinarização do trabalho. Os jovens não eram preparados para atuarem em suas profissões mas para serem trabalhadores. Essa preocupação pedagógica provocou a seguinte postura por parte dos jovens que enxergavam seu futuro após a escola:

“Em geral, com respeito à mudança cultural básica que está ocorrendo com relação à escola e ao desenvolvimento de uma visão alternativa inclusive do que se espera da vida, a escolha particular do emprego não importa muito aos ‘rapazes’. Na verdade, podemos ver que, com respeito aos critérios que essa cultura localizada estabelece e à forma de continuidade que ela acarreta, a maior parte dos empregos manuais e semiqualficados é a mesma coisa e seria uma perda de tempo utilizar as descrições fornecidas para encontrar diferenças materiais. Considerada, portanto, simplesmente em relação a um quantum de tempo – os últimos meses da escola - a escolha individual do emprego parece de fato aleatória e não informada por quaisquer técnicas racionais ou esquemas do tipo fins/meios. Na verdade, entretanto, é equivocado e mistificador colocar o ingresso de garotos operários ressentidos no trabalho como uma questão de escolha particular de emprego – esse é, na essência, um construto muito de classe média. Os critérios que examinamos, a oposição a outras visões, mais conformistas, sobre o trabalho, e a solidariedade do processo de grupo, tudo transpõem a questão da escolha de emprego para outro plano: os ‘rapazes’ não estão escolhendo ocupações ou

empregos particulares, eles estão se comprometendo com um futuro de trabalho genérico.”
(Willis, 1996, p.129)

Sendo a escolha profissional oriunda das escolas profissionais ditada por essas perspectivas, fica clara, a inadequação deste modelo para a constante necessidade de atualização profissional principalmente se formos considerar a concepção fortemente difundida no meio do trabalho, da produção, do saber e da mídia de que as atualizações profissionais ditadas pela técnica são constantes e irreversíveis.

Contudo, estas exigências estão sendo tratadas muitas vezes como pulverização do saber. Cada vez mais, percebemos a tendência crescente de cursos de aperfeiçoamento para o trabalho que fogem às concepções escolares tradicionais. Rapidamente, os antigos e quase extintos cursos de datilografia são substituídos por uma gama quase infinita de cursos que objetivam a preparação para o mercado de trabalho.

Esses cursos, que na grande maioria trabalham com noções básicas de informática, proliferam através da constatação, difundida pelo discursos de saber, que só existe lugar para aqueles que dominam a técnica informacional.

Portanto, cursos preparatórios invadem as grandes cidades trabalhando uma profunda contradição. Estabelecem-se e vivem da

necessidade constante de aperfeiçoamento para o trabalho, sendo que, na maioria das vezes, pouco ou quase nada possuem para acompanhar este processo, seja a nível pedagógico, seja a nível tecnológico.

Ao firmar-se esta relação na qual o trabalho cada vez mais está próximo da educação, pois tornou-se uma atividade cada vez mais fundada no aprender e no criar saber, destaco a ineficiência dos modelos tradicionais de educação. Reprodução do saber e/ou preparação para o trabalho devem não só entrar nessa corrida baseada no eterno atualizar-se, mas, principalmente, devem ser revistas e adequar-se às novas exigências cognitivas ditadas pela era informacional.

Acionamos a perspectiva de aumentar a velocidade, mas não estabelecemos que, acompanhada do movimento, está surgindo novas concepções de produção de conhecimentos.

Assim, passo a examinar as novas exigências cognitivas de era informacional.

As Tecnologias Intelectuais

“Assim como a escrita, a informática deve ser analisada como tecnologia intelectual. Os microprocessadores são objetos, coisas fabricadas, com um peso, um preço, um aspecto visível. Os computadores são máquinas que podem ser transportadas, modificadas, programadas, destruídas. A informática expõe suas ferramentas: seres materiais, estruturas lógicas ou linguagens formais, pacientemente construídos. Esses instrumentos podem ser dissecados, examinados, sondados, são objetos de experiência. É essa a dimensão empírica da informática.

Mas essas máquinas de calcular, essas telas, esses programas não são apenas objetos de experiência. Enquanto tecnologia intelectual, contribuem para determinar o modo de percepção e intelecção pelo qual conhecemos os objetos. Fornecem modelos teóricos para as nossas tentativas de conceber, racionalmente, a realidade. Enquanto interfaces, por seu intermédio é que agimos, por eles é que recebemos de retorno a informação sobre os resultados de nossas ações. Os sistemas de processamento da informação efetuam a mediação prática de nossas interações com o universo. Tanto óculos como espetáculo, nova pele que rege nossas relações com o ambiente, a vasta rede de processamento e circulação da informação que brota e se ramifica a cada dia esboça pouco a pouco a figura de um real presente. É essa a dimensão transcendental da informática”.

(LEVY, 1998, p.16)

Pierre Levy, ao tratar das transformações que a utilização da informática está gerando na sociedade contemporânea, vai além da sua visão como um instrumento a mais de comunicação e de cálculo. Para ele, a utilização e propagação da informática estabeleceu novas relações cognitivas. Altera-se, assim, os conceitos de memória, imaginação,

percepção e raciocínio. Segundo o autor¹, bancos de dados, hipertextos, sistemas de busca (memória), simulações (imaginação), realidades virtuais (percepção) e inteligência artificial (raciocínios) constituem os elementos chaves para a percepção e construção de uma nova realidade de transmissão e, fundamentalmente, de construção de conhecimento.

A primeira característica de construção da nova forma de conhecimento é definida por Pierre Levy como “*saber-fluxo*”. Este refere-se à forma como estão dispostos os sistemas informacionais na Internet. Através de sistemas de busca generalizados não só temos à possibilidade de acesso ilimitado, como as fontes encontram-se a disposição de um grande número de pessoas simultaneamente.

Porém, a construção do espaço de armazenamento das informações não mais se apresenta de forma linear. O ato de perseguir determinado tema na Internet exige que se estabeleçam relações que se diferenciam da aquisição linear de conhecimento. O fato da total ineficiência de um planejamento de ações torna claro que a relação educação – informação deve ser revista. As redes de busca na Internet constituem-se atualmente em infinitos mosaicos onde a informação não só fragmenta-se em várias

¹LEVY, Pierre. *Educação e Cybercultura*. Texto retirado da web: <http://portoweb.com.br/pierrelevy/educaecyber.html>

áreas de acesso, como e principalmente, modifica-se e desloca-se com uma velocidade surpreendente.²

A relação educação – informação passa a se constituir em um projeto relativamente dinâmico no qual o movimento e a forma de alcançá-lo reflete a construção de novos modelos metodológicos de pesquisa. Interação e fragmentação tornam-se realidades onde indivíduos ou grupos de conhecimento passam a se desenvolver e a conviver.

Portanto, a grande transformação que pode-se perceber na rede informacional está situada na ausência significativa de um eixo central (totalizante) da informação. No exato momento em que lança-se uma informação na rede, esta perde-se na atmosfera da interação, aglutina-se a outras informações, assume novas formas e esparrama-se de forma difusa. A ausência de um eixo condutor total que me permita percorrer as informações de forma sistematizada (concebida anteriormente) torna-se uma tendência a ser desvelada. Toda a arquitetura dos sistemas de busca tende a construir uma forma não anárquica de procura de informação. Porém, enquanto as tentativas de sistematização não apresentam

² LEVY, Pierre, 1998, p.33. Pierre Levy ao referir-se a dinâmica dos sistemas de busca informacionais afirma: *“A vocação de um banco de dados não é conter todos os conhecimentos reais sobre um tema, mas sim a totalidade do saber aproveitável por um cliente solvável. Trata-se menos de difundir luzes junto ao público indeterminado do que pôr uma informação operacional à disposição dos especialistas. (...) A informação on line deve ser exaustiva, estar atualizada. Os dados obsoletos são sistematicamente eliminados. Neste sentido,*

resultados significativos, e tendo grande probabilidade de fracassarem, cabe aos utilitários destas formas de aquisição de informação/saber arquitetarem uma nova forma de construção de conhecimento.

A grande diferença do sistema informacional gerado pela web está na descaracterização da possibilidade do conhecimento total. Mergulhados num grande mosaico de informações (irreversível), estamos diante da probabilidade, pois, além de provocar um nova percepção de construção de conhecimento, há a possibilidade de construção de um processo de singularização. A este respeito, a analogia de Roy Ascott, citada por Pierre Levy é espetacularmente eficaz:

“Roy Scott fala do segundo dilúvio. O dilúvio de informações. Para o melhor ou pior, esse dilúvio não será acompanhado por nenhum refluxo. Devemos acostumar-nos a essa profusão e a essa desordem. A não ser alguma catástrofe cultural, nenhum grande reordenamento, nenhuma autoridade central nos levará de volta à terra firme, nem às paisagens estáveis e bem balizadas anteriores à inundação. O ponto de virada histórica da relação com o saber situa-se provavelmente no fim do século XVIII, naquele momento de frágil equilíbrio em que o mundo antigo brilhava com as melhores luzes, enquanto as fumaças da revolução industrial começavam a mudar a cor do céu. Quando Diderot e D’Alambert publicavam sua grande enciclopédia. Até aquele momento, então, um pequeno grupo de homens podia ter a esperança de dominar a totalidade dos saberes (ou ao menos os

a maioria dos bancos de dados são menos memórias do que espelhos, tão fiéis quanto possível, do estado atual de uma especialidade científica ou de um mercado.

principais) e propor aos outros o ideal desse domínio. O conhecimento ainda podia ser totalizado, somado. A partir do século XIX, com a ampliação do mundo, com a progressiva descoberta de sua diversidade, com o crescimento cada vez mais rápido dos conhecimentos científicos e técnicos, o projeto de domínio do saber por um indivíduo ou pequeno grupo tornou-se cada vez mais ilusório. Tornou-se hoje evidente, tangível para todos, que o conhecimento passou definitivamente para o lado do não-totalizável, do indominável. Não podemos senão desistir. A emergência do ciberespaço não significa em absoluto que 'tudo' esteja enfim acessível, mas que o tudo está definitivamente fora de alcance. O que salvar do dilúvio? O que é que colocaremos na arca? Pensar que poderíamos construir uma arca que contivesse o 'principal' seria precisamente ceder à ilusão da totalidade. Todos nós, instituições, comunidades, grupos humanos, indivíduos, necessitamos construir um significado, providenciar zonas de familiaridade, domesticar o caos ambiente. Mas, por outro lado, cada um deve reconstruir à sua maneira totalidades parciais, de acordo com seus próprios critérios de pertinência. Por outro lado, essas zonas apropriadas de significado deverão necessariamente ser móveis, mutantes, em devir. De modo que, à imagem da grande arca, devemos substituir a flotilha de pequenas arcas, botes ou sampanas, uma miríade de pequenas totalidades, diferentes, abertas e provisórias, segregadas por filtragem ativa, perpetuamente retomadas pelos coletivos inteligentes que se cruzam, se chamam, se chocam ou se misturam nas grandes águas do dilúvio informacional."

(LEVY, 1999, p.6)

Atrevo-me a colocar esta citação na íntegra pois a formação desta metáfora do dilúvio pode servir de roteiro para as seguintes colocações:

A primeira refere-se à relação do conhecimento com a totalidade.

A partir do hipertexto, a noção de que posso acompanhar e ter acesso ao

todo não me exime da constatação da impossibilidade de congregar ou dominar as informações que vagam, que são geradas e transformadas na web. Mas, ao mesmo tempo que a certeza da impossibilidade de alcançar o total torna-se aparente, ela não inibe o processo de busca. Contudo, como na imagem bíblica, a busca do conhecimento total atinge a ira divina, pois representa a nova tentativa de Babel:

'Toda a terra tinha uma só língua e as mesmas palavras. Ora, aconteceu que, emigrado do Oriente, encontraram um planície na região de Senaar e ali se estabeleceram. E disseram uns aos outros: 'Vamos! Façamos tijolos e cozamo-los ao fogo'. E serviram-se dos tijolos como de pedra, e o betume lhes serviu de cimento. E disseram ainda: 'Mãos à obra! Construamos uma cidade e uma torre cujo cimo chegue até o céu, e nós faremos um monumento, para não dispersarmos sobre a face da toda terra'. Desceu o Senhor para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens haviam construído; e disse: Eis! São todos um só povo e uma só língua, e este é a primeira empresa que realizam; doravante não lhes será difícil fazer tudo o que lhes vier à mente. Vamos! Desçamos e confundamos ali sua língua; de sorte que não se entendam um ao outro' E o Senhor os dispersou dali por toda a terra, e cessaram a edificação da cidade. Por isso foi-lhe dado o nome de Babel, porque ali o senhor confundiu a língua de toda a terra, e dali os dispersou por toda a terra.'
(Gênesis - 11)

Embora tenhamos desenvolvido todo um aparato de comunicação que vão de satélites à propagação em fibras ópticas, a vontade de dominar o todo tornou-se impossível dentro da própria dinâmica do processo. A grande maioria dos instrumentos que deveriam possibilitar

que o homem pudesse desenvolver a sua nova torre de Babel e de lá não dissipar-se mais sobre as diferenças, não só demonstrou-se ineficaz como a própria estrutura a torna inviável. A grande conversão de informação e principalmente a interatividade, aproxima e afasta, constrói e destrói as possibilidades de saber com os antigos tijolos do conhecimento. Mal tornamos a nos conhecer e identificar sobre a terra e já desenvolvemos linguagens fragmentadas, que todos compreendem porque fazem parte interativa desta, mas, em nenhum momento, tem-se a esperança de alcançá-la na totalidade.

Contudo, Pierre Levy destaca que, se o saber está destotalizado, não devemos perder tempo em tentar orientá-lo dentro das antigas dimensões. O grande desafio de estar conectado a grande rede, passa a estabelecer amarras nas quais o conhecimento deixa de ser caótico para tornar-se coletivo.

A característica fundante desta inteligência coletiva está demarcada no abandono da velha concepção de intercâmbio de saberes para assentar-se sobre a idéia de construção interativa (coletiva) de saberes.

“Daqui a algumas décadas, o ciberespaço, suas comunidades virtuais, suas reservas de imagens, suas simulações interativas, sua irreprimível profusão de textos e sinais serão o mediador essencial da inteligência coletiva

da humanidade. Com esse novo suporte de informação e comunicação, estão emergindo gêneros de conhecimentos inéditos, critérios de avaliação inéditos para orientar o saber, os novos atores na produção e no processamento dos conhecimentos.
(LEVY,1999, p.12)

Já a segunda colocação referente à metáfora do dilúvio está em ligação direta com a ausência ou impossibilidade de saberes baseados no total. Ao invés de uma grande arca, estamos construindo pequenas arcas totais. A referência é quase que imediata ao processo de singularização defendida por Felix Guatari ao longo da década de oitenta. Guatari argumenta que a forma como os indivíduos se relacionam com a subjetividade dá-se de duas maneiras. Por ela constituir-se essencialmente social, o indivíduo ora a recebe tal como ela se apresenta (alienação), ora ele se reapropria dos ingredientes desta subjetividade (criação) e passa, assim, a constituir os processos de singularização. Para Guatari estes processos são:

“uma maneira de recusar todos esses modos de codificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzem uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com o desejo, com gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos,

com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que são os nossos.”
(Guatari, 1986, p.17)

Portanto, o que é caracterizado como processo de singularização passa a encontrar uma série integrada de instrumentos que permitem que estas construções tornem-se não apenas mais freqüentes como, de fato, constituintes de uma multiplicação de respostas individuais às exigências do mundo contemporâneo. A relação sujeito – sociedade, que, como já foi dito, é vista como caracterizando-se através da composição ente singular- particular e ente singular-genérico, passa a firmar-se na possibilidade da formação cada vez mais constante destas pequenas arcas totais geradas dentro do dilúvio da informação. Os dispositivos destas formações já estão lançados e à nossa disposição, através da web e das reformulações da produção do saber que ela instrumentaliza.

Aproximando as novas exigências de preparação e atualização para o trabalho com as novas percepções de construção do conhecimento geradas na e a partir da era informacional, pode-se estabelecer algumas considerações sobre as novas tendências educacionais que, de certa forma, atualmente já começam a ser desenvolvidas em estudos e experimentos.

A certeza de que as relações de trabalho exigem uma constante ou até mesma perpétua formação, extrapola a necessidade de ingresso de uma grande camada da população nos bancos escolares, sejam eles de nível médio ou superior. Ora, tanto um como o outro possuem a realidade bastante limitada de atender a demanda crescente de ingresso. Sem entrar na discussão sobre as condições econômicas de gerenciamento e difusão destas instituições, mas ficando basicamente na impossibilidade de formação de profissionais para atender esta procura, percebe-se que estas instituições já começam a desenvolver uma tecnologia para se não a responder a estas necessidades, pelo menos remediá-las.

Uma tecnologia que está sendo profundamente exercitada é a do ensino à distância. Uma realidade que, com tímidas e muitas vezes incrédulas tentativas, alcança a partir da web uma nova dimensão.

Cada vez mais, rígidos e cristalizados os cursos não atendem às necessidades dos alunos que os procuram. Contudo, a confecção de cursos à distância que não desenvolverem alternativas à produção de conhecimento, apenas estarão deslocando a enfadonha e rígida sala de aula para alguma distante tela de computador. Neste caso específico, a informática na escola não pode ceder à tentação de apenas a utilização

instrumental do computador, mas deve desenvolver e interiorizar novas percepções de desenvolvimento, transmissão e criação de conhecimento.

Uma das alternativas presentes e oriunda das novas formas de construção de conhecimento a partir das condições geradas pela web, está no aprendizado cooperativo. Conseqüência imediata da inteligência coletiva, é desenvolvido por Pierre Levy como sendo uma nova diretriz principalmente para o papel do docente, já que as características do aprendizado coletivo são o desenvolvimento e partilha de bancos de dados assim como conferências e mensagens eletrônicas.

Levy destaca que, na medida que estes banco de dados passam a ser consultados e re-alimentados pelos usuários, o papel do docente deixa de priorizar a transmissão de conhecimento para se constituir como incentivador da aprendizagem e do pensamento.

“O docente torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos dos quais se encarregou. Sua atividade terá como centro o acompanhamento e o gerenciamento dos aprendizados: incitação ao intercâmbio dos saberes, mediação relacional e simbólica, pilotagem personalizada dos percursos de aprendizagem, etc.
(Levy, p. 16.)

O papel do docente-animador deve ser compreendido como um catalisador de singularidades (criação) e, para isso, deve estar atento ao

contínuo processo de atualização, uma vez que o próprio sistema do saber coletivo não só permite, mas exige, dentro de sua própria formulação, uma constante adequação às novas características da informação.

Conclusão

Ao longo deste estudo persegui algumas categorias que considero fundamentais para a construção da subjetividade contemporânea. Compreendendo que a subjetividade se constrói através da aquisição de informações por parte do sujeito que as processa, as transforma e as envia para a sociedade. Essa construção ocorre no cotidiano e revela-se através do choque/contradição entre o ente singular humano e o humano-genérico. A construção do sujeito, portanto, está intimamente ligada às relações que estabelece no eu cotidiano. Ao atuar, pensar e sentir, revela sua dupla condição: a do seu eu interior (necessidades e interesses) e a do outro, o ser de fora (comunidade, instituições, valores e normas), fatores que o constituem aos quais pertence.

Dentro da dinâmica histórica, o processamento de informações, que o sujeito aciona, está intimamente ligado à sua relação tempo/espço, na medida em que constitui-se através das amarras temporais e espaciais nas quais está inserido, uma vez que pertence a seu tempo e a seu lugar.

A questão perseguida neste trabalho está situada exatamente neste ponto. Na medida em que a construção da subjetividade está baseadas na

forma como os sujeitos recebem, processam e emitem informações, investiguei quais as transformações nestas relações que foram acionadas pelo aumento de velocidade e da significativa multiplicidade de informações, provocadas pelos meios informacionais ao longo do século XX. No momento em que a tecnologia passa a assumir um ritmo cada vez mais veloz de mudanças, principalmente a partir da Revolução Industrial, observei que as transformações advindas dessa aceleração acabou criando novas relações no cotidiano.

As exigências econômicas sempre trouxeram na história a necessidade de conquistas de novos mercados. Com isso, a expansão territorial geralmente avançou a partir das necessidade produtivas. Porém, com o crescimento da produção em massa, a exigência de expansão territorial passou rapidamente a impor um ritmo mais acelerado de comercialização. Produziram com isso, novas tecnologias que permitissem atender as exigências de transportes mais rápidos, rotas comerciais mais distantes, etc. Quanto mais produtos cruzavam as ferrovias e portos, mais a concorrência por novas tecnologia eram acionadas, objetivando não só abocanhar uma gama maior de interessados/consumidores como também permitir a construção de uma permanente necessidade de consumo.

O contato com o externo dentro das sociedades, permitiu que culturas se encontrassem, trocassem novas informações e passassem a conviver. Estabeleceu-se, assim, a necessidade do contato com o novo. Porém, este contato assumiu duas frequências. A primeira desejada, pois referia-se às transformações tecnológicas. O novo passa a representar evolução e progresso. A segunda, temida e muitas vezes traumática, implicava em transformações nas instituições sociais. O novo passa a representar perigo para as relações culturais.

Porém, a partir do final da Segunda Grande Guerra, intrincados meios de comunicação passaram a acelerar o tempo de transmissão e recepção de informações. Este período, conhecido como Guerra Fria, transformou o mundo em dois grandes blocos de influência e estabeleceu três áreas de atuação para os meios de comunicação: identificações culturais entre as culturas de um mesmo país, aproximações entre culturas do mesmo bloco e, finalmente, a noção de uma cultura total entre as demais culturas.

Na medida em que os meios de comunicação passaram a produzir a noção do todo, provocaram grandes choques entre as culturas locais. Cada vez mais a entrada e o contato com novas informações, estimularam uma substancial modificação na noção de espaço/lugar que

o sujeito ocupa. A sensação de desterritorialidade passa a exercer sobre o sujeito uma significativa mudança neste, uma vez que, ao sentir-se habitante do mundo (total) passa a conceber-se como pertencente a lugar nenhum. A relação tempo/espaço sofre uma radical transformação: quanto mais veloz torna-se o tempo informacional, menor torna-se o espaço.

A partir da instalação das grandes redes informacionais, surge a possibilidade de se conceber a cultura total, denominada cultura de massa, que visa a uniformização das diferenças. Contudo, esta busca da totalidade gera profundas resistências culturais. O que leva a inferir que estamos vivenciando uma dupla condição: De um lado, as imposições econômicas de um mercado globalizado que insiste em desenvolver a percepção totalizante e de outro, manifestações culturais locais trazem a tona à existência não de uma cultura total mas a coexistência de um multiculturalismo.

Através dos meios de comunicação em massa, culturas diferentes passam a se conhecerem, a conviverem e até mesmo acionarem processos de hibridização, contrariando, contudo, a imagem econômica de que estaríamos presenciando o nascimento de uma cultura total advinda de um mundo totalizante. Entretanto essas culturas híbridas acionaram,

dentro da diversificação que são constituídas, novas formas particulares de significações.

Assim, os meios de comunicação em massa, ao invés de estarem gerando uma manifestação cultural totalitária, estão provocando uma gama de multiplicidades que diferem principalmente na questão do tempo. Historicamente, a noção do tempo sempre foi tratada com uma rígida linearidade e uniformidade. A partir do aumento de velocidade das inovações tecnológicas e das informações, o tempo sofreu uma espécie de aceleração. Contudo, essa aceleração não ocorreu de forma retilínea e uniforme, revelando que a noção do tempo na contemporaneidade está se constituindo dentro de uma rica multiplicidade. O sujeito ao lidar/construir-se através de seu cotidiano, encontra não mais o seu tempo, mas sim uma variedade de tempos que convivem concomitantemente,

Tanto a desterritorialização como a multiplicidade temporal impõem novas relações do sujeito com a sociedade, revelando um leque quase que infinito de possibilidades, uma vez que ele passa a se conhecer múltiplo (espaço/tempo), a questionar a totalidade (cultura de massa). Este reconhecimento de sua condição contemporânea faz com que o sujeito procure e desenvolva instrumentos que lhes permitam manifestar/construir suas individualidades.

Um mecanismo/instrumento que vem alcançando grande desenvolvimento há poucas décadas é a Internet. Isso se deve, às amplas possibilidades de transformações encontradas na web. Enquanto os veículos de comunicação em massa tentam criar aparências totalizantes, a web, na sua confecção de interação, permite criar canais de singularização do sujeito. O acesso à multi-informação, que move-se e transforma-se no instantâneo, dilatou as possibilidades de constituições de novas relações de saber. A partir da web, o conhecimento deixa de ser concentrado e dirigido para fragmentar-se em múltiplas aparências, permitindo aos usuários constituírem métodos próprios (singular) de aquisição e produção de conhecimento. Busca-se, através do próprio caminho escolhido, informações que não se repetem, que são instantâneas e voláteis, porque sofrem interações na mesma velocidade que são propagadas.

Através dos processos de singularizações, o sujeito concebe sua constituição, armado e preparado para lidar com as novas relações de multiplicidade acionadas ao seu redor. Sujeito que não só aprendeu a lidar com a multiplicidade do tempo, do saber, de culturas, como passou a perceber que tais transformações podem ser dominadas e ditadas através de uma nova subjetividade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** São Paulo, Papirus, 1994.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito Científico.** São Paulo, Editora Abril, Coleção Os Pensadores, v. XXXVIII, 1974.
- BAUDRILLARD, J. **A ilusão do Fim: a greve dos acontecimentos.** Lisboa, Terramar .1992.
- _____. **Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem.** Porto Alegre, Sulina, 1997.
- BLANCHOT, Maurice. **Foucault como o imagino.** Lisboa, Relógio d'água, S/D.
- BRAUDEL, F. **O espaço e a história no mediterrâneo.** São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995.
- _____. **Culturas híbridas.** São Paulo, Edusp, 1997.
- CASINI, Paolo. **Newton e a consciência europeia.** São Paulo, UNESP, 1995.
- COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade.** Belo Horizonte, UFMG, 1996.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- _____. **Foucault.** São Paulo, Brasiliense, 1988.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense, 1980.
- _____. **As Palavras e as coisas**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, 1986.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GAY, P. **A educação dos sentidos**. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- GIDDENS, Anthoni e outros. **Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, UNESP, 1997.
- GRANGER, Gilles. **A ciência e as ciências**. São Paulo, UNESP, 1994.
- GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica. Cartografia dos desejos**. Petrópolis, Vozes, 1986
- _____. **As três ecologias**. São Paulo. Papurus, 1991.
- _____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, 1990.
- HALL, Stuart. **A idade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São paulo, Loyola, 1993.
- HELLER, Ágnes. **Teoria de los sentimientos**. Barcelona, Editorial Fontanamara, 1979
- _____. **Teoria de la historia**. Barcelona, Editorial Fontanamara, 1982.
- _____. **O cotidiano a história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- _____. **Historia y futuro. Sobriversá la modernidad?** Barcelona, Península, 1991.
- _____ e FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Civilização Brasileira, 1998.
- _____. e outros. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

- ____.e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo, Paz e Terra,1997.
- ____. **Sobre a história**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- HUNT, L. **A novo história cultural**. São Paulo, Martins Fontes,1992.
- HUYSSSEN, Andreas. **Memória do modernismo**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- JAMESON, F. **As marcas do visível**. Rio de Janeiro, Graal, 1995.
- LEVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.
- ____. **O que é virtual**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996.
- ____. **A máquina universo. Criação, cognição e cultura informática**. Porto Alegre, Artes Médicas,1998.
- ____. **Educação e cybercultura**.
<http://portowe.com.br/pierrelevy/educaecyber.html> – 26/06/1999
- LYOTARD, J. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio,1986.
- MORIN, E. **As grandes questões de nosso tempo**. Lisboa, Editorial Notícias, 1981.
- ____. **Cultura de massa no séc. XX. V.1 neurose**. Rio de Janeiro, Forense, 1990.
- ____. **Cultura de massa no séc. XX. V.2 necrose**. Rio de Janeiro, Forense, 1986.
- ____. **O método IV As idéias**. Lisboa, Europa América, 1991.
- ____. **Os problemas do fim do século**. Lisboa, Editorial Notícias, 1991.
- ____. **Terra-Pátria**. Porto Alegre, Sulina,1995.
- NEGROPONTI, N. **A vida digital**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- NOVAES, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

- PARENTE, André. **Imagem Máquina: A era das tecnologias do virtual.** Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.
- PESSIS-PASTERNAK, G.(org.) **Do caos à inteligência artificial.** São Paulo, UNESP, 1993.
- PRIGOGINE, I. **Entre o tempo e a eternidade.** São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- _____. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo, UNESP, 1996.
- SANTOS, Boaventura. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo, Cortez, 1997.
- _____. **Um discurso sobre as ciências.** Lisboa, Afrontamento, 1998
- SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo, HUCITEC, 1994.
- SCHAFF, Adan. **A sociedade informática: as conseqüências sociais da II revolução industrial.** São Paulo, UNESP, 1995.
- SCHNITMAN, Dora. (org.) **Novos Paradigmas, Cultura e subjetividade.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.
- SILVA, Juremir. **Anjos da perdição: futuro e presente na sociedade brasileira.** Porto Alegre, Sulina, 1996.
- TRONCA, Ítalo. **Foucault vivo.** Campinas, Pontes, 1987.
- TUCHMAN, Bárbara. **A prática da história.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.
- VIRILIO, Paul. **A arte do motor.** São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- _____. **A máquina de visão.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.
- _____. **O Espaço crítico.** Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.
- _____. **Velocidade e política.** Estação liberdade, 1996.
- _____. **A inércia polar.** Publicações Dom Quixote. 1993.